



Anais da Assembléia

N.º 40

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1985.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Acir Mezzadri.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Márcio Almeida, Osvaldo Alencar Furtado e Tadeu França (7).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Com o presente, venho indicar a Vossa Excelência para participar da Comissão Especial da SUREHMA, o Deputado Ivan Gubert e para Suplente Deputado Augusto Carneiro.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as minhas,

Cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Líder do P.F.L.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n.º 295/84, de sua autoria, que dá nova redação ao art. 1.º da Lei n.º 09/73.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. JOÃO CARLOS CIOLLA, Chefe da Subdivisão de Manutenção e Transportes da Polícia Civil deste Estado, ocorrido na data de hoje, às 5:30 hrs., vítima de ataque cardíaco.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Dr. João Carlos Ciolla deixa, não só entre seus companheiros de corporação, mas entre toda a sociedade paranaense, profundo vácuo, em virtude da abnegação demonstrada durante todo o período em que prestou sua colaboração à construção e manutenção de um Paraná melhor, na medida em que se esforçava para manter o organismo sob suas ordens dentro de um princípio de perfeito funcionamento. Era o responsável pela manutenção da frota de veículos policiais de todo o interior do Estado, e, assim como diversos colegas seus que se encontram na mesmas condições, dava tudo de si para o perfeito cumprimento da missão, fato que veio debilitá-lo fisicamente, tendo sido internado para tratamento cardíaco, e não resistindo, faleceu, ficando a certeza de que sua vida foi dada em prol do seu povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações de aniversário de (1) um ano ao "Correio de Notícias".

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que os olhos desta Nação se voltam para uma Nova República, desejamos prestar homenagens ao "Correio de Notícias" pelo aniversário de (1) um ano. Grande veículo de comunicação da mais alta expressão, não foi sem razão que ele ressurgiu num momento importante, de virada política, na história do nosso povo. O seu reaparecimento vem de encontro à força das manifestações sociais, começando a produzir condições de novas liberdades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornal "O Paraná", de Cascavel, que completa nove anos de fundação.

Sob o comando do Jornalista Emir Sfair, "O Paraná", dotado de moderno parque gráfico e de todos os recursos que a imprensa moderna exige, tornou-se leitura quase obrigatória para milhares de paranaenses, como um dos mais importantes órgãos de divulgação de nosso Estado.

Não se conhece nenhum outro jornal neste País que tenha crescido tanto, em tão pouco tempo de existência, como "O Paraná", respaldado por uma extraordinária credibilidade na opinião pública.

O aniversário do jornal deve receber este registro, com a homenagem aos diretores, jornalistas e demais funcionários que, juntos, têm construído a grandeza do "O Paraná", prestando, no dia-a-dia, relevantes serviços à comunidade de um modo geral.

Requeiro, ainda, que da decisão da Assembléia Legislativa seja comunicada ao jornalista Emir Sfair.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 9º aniversário do jornal "O PARANÁ".

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O jornal "O PARANÁ" há nove anos vem prestando excelentes serviços ao nosso Estado, principalmente a região Oeste, na medida em que se colocou como instrumento de luta pelas liberdades, pela melhoria das condições de vida e trabalho dos brasileiros e paranaenses e pela defesa dos interesses específicos da região.

Na verdade "O PARANÁ" cresceu, acompanhou e participou de todo o recente desenvolvimento de uma região mais promissoras do nosso Estado, o que o faz parte integrante e inalienável do Oeste Paranaense.

"O PARANÁ", pela sua linha editorial de independência, comprometido apenas com os interesses de nosso povo, de nosso Estado e de nossa região, sem se sujeitar a quaisquer outras formas de interferências, ganhou o respeito dos, paranaenses, tornando-se atualmente num dos mais importantes órgãos de imprensa do Paraná.

E este registro nos Anais da Casa, é o mínimo que poderíamos oferecer àquele digno e corajoso jornal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 1º aniversário do jornal "Correio de Notícias".

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Correio de Notícias", que agora completa um ano de existência, vem prestando excelentes serviços ao nosso Estado, na medida em que se colocou como instrumento de luta pelas liberdades, pela melhoria das condições de vida e trabalho dos brasileiros e paranaenses e pela defesa da soberania nacional.

O "Correio de Notícias", pela sua linha editorial de independência, comprometido apenas com os interesses de nosso povo e de nosso Estado, sem se sujeitar a quaisquer outras formas de interferências, ganhou o respeito dos paranaenses, tornando-se atualmente num dos mais importantes órgãos de imprensa do Paraná.

E este registro nos Anais da Casa, é o mínimo que poderíamos oferecer àquele digno e corajoso jornal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja

aprovado um voto de louvor às Secretarias de Estado da Educação e da Cultura e Esportes e ao Departamento de Esportes da Prefeitura de Toledo, pela realização dos Jogos Escolares do Paraná – Região Oeste.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Entre os dias 10 e 19 de maio realizam-se em Toledo os Jogos Escolares do Paraná – Região Oeste, com participação direta de 1.500 atletas, ns mais diversas modalidades esportivas. Promoção das Secretarias de Educação e da Cultura e Esportes, com apoio do Departamento de Esportes da Prefeitura de Toledo, participam dos jogos 53 Colégios de 1º e 2º graus, de 20 cidades, envolvendo os jovens com idade até 18 anos.

Esta é uma importante iniciativa no sentido da confraternização da comunidade oestina, ajudando a romper as barreiras naturais entre os cidadãos, para que todos tenham acesso e possam participar de uma atividade de congraçamento entre os diversos municípios da região.

Por esses motivos, a aprovação por esta Casa de Leis de um voto de louvor aos citados órgãos públicos é o mínimo que este Poder pode fazer pelo engrandecimento do esporte paranaense, pelo incentivo à participação dos jovens e pela integração dos municípios de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de um Voto de Aplauso que ficaria consignado na ata dos trabalhos de hoje, dirigido ao jornal "O PARANÁ", na pessoa de seu ilustre diretor – Dr. Emir Sfair pelo 9º aniversário do vibrante matutino; pede ainda o envio de cópia do presente expediente ao diretor do jornal, Dr. Emir Sfair – Rua Pernambuco, 1592 – Cascavel.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O presente Voto de Aplauso faz-se necessariamente justo pela feliz conquista daquela brilhante órgão de comunicação de relevante e indiscutível penetração a nível estadual e nacional. O jornal "O PARANÁ" vem realizando destacados trabalhos no intuito de contribuir a nível de informações e soluções para a melhoria das condições de vida da população de nosso Estado, justificando nosso pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consubstanciado no Art. 35, do Regimento Interno desta Casa, a transformação desta Assembléia em Comissão Geral, durante a Sessão Ordinária de terça-feira, dia 28 de maio de 1985, com a finalidade de discutir juntamente com a Associação Brasileira de Municípios, o modelo de Reforma Tributária a ser implantado no País.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamto: TRAJANO BASTOS,
SABINO CAMPOS,
PAULO FURIATTI,
SÉRGIO SPADA,
NELSON VASCONCELLOS e
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada MOÇÃO DE APOIO à candidatura do jornalista paranaense JORGE KUDRI para a Presidência da Confederação Sul-Americana de Futebol de Salão.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoioamento: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, SABINO CAMPOS EZEQUIAS LOSSO, ANTÔNIO ANNIBELLI, ODENI MONGRUEL, SÉRGIO SPADA, ACIR MEZZADRI, ERVIN BONKOSKI, PAULO FURIATTI, TUGUIO SETOGUTTE, TRAJANO BASTOS, RUBENS BUENO, CAÍTO QUINTANA, JOSÉ ANTONIO FONSECA, NILSO SQUAREZI, ARTAGÃO MATTOS LEÃO, ANTÔNIO BELINATI, ANIBAL KHURY, BASÍLIO ZANUSSO e PÉRICLES PACHECO.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa nacional vem dando destaque ao convite que o jornalista Jorge Kudri, atual Presidente da Federação Paranaense de Futebol de Salão recebeu para candidatar-se como representante do Brasil na escolha do novo Presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol de Salão.

Ligado ao esporte desde a infância, Kudri, iniciou sua carreira como jornalista esportivo aos 15 anos de idade no "Paraná Esportivo".

Foi fundador dos jornais "Tribuna do Paraná", "Correio do Paraná" e "Correio da Noite", e atualmente presta inestimáveis serviços ao "Diário Popular".

Em 1.971 assumiu a presidência da Federação Paranaense de Futebol de Salão, quando existiam apenas 3 ligas filiadas e aproximadamente 300 atletas estavam inscritos na categoria de adulto, a única da época.

Iniciou seus trabalhos organizando a própria Federação, em cuja sede encontrou apenas uma máquina de escrever e uma escrivaninha, com precário registro de atletas.

Hoje, a Federação Paranaense de Futebol de Salão é uma das mais respeitadas do País, participando, desde o ano da primeira eleição de Kudri a sua presidência, de todos os certames nacionais desse consagrado esporte.

O excelente trabalho desenvolvido à frente da FPF, considerada a segunda maior federação salinista do Brasil, superada apenas pela de São Paulo, embora aqui seja realizados jogos oficiais em maior número do que no vizinho Estado, em calendário programado para a região metropolitana e todo o Paraná no período compreendido entre fevereiro e dezembro de cada ano, possibilitou que, atualmente, esse esporte seja praticado nas seguintes categorias:

Mamadeira — faixa de idade: 5 anos.

Fraldinhas — faixa de idade: 7 anos.

Pré-Mirim — faixa de idade: 9 anos.

Mirim — faixa de idade: 11 anos.

Infantil — faixa de idade 13 e 14 anos.

Infante — faixa de idade 15 e 16 anos.

Juvenil — faixa de idade 15 a 18 anos.

Aspirantes — faixa de idade 17 a 21 anos.

Principal — faixa de idade até 35 anos.

Por outro lado, aquela entidade, que recebeu terreno para construção de seu ginásio em nossa Capital por doação da Prefeitura Municipal de Curitiba, passou a contar com 36.000 atletas praticantes nas 47 cidades filiadas, dispondo de 12 tipos diferentes de uniformes para jogos de suas seleções e vários

conjuntos de agasalhos, bem como, a ocupar um conjunto de 7 salas, perfeitamente equipado, na sua atual sede, onde atende seus filiados e ao público em geral.

Esses números, por si só, credenciam a escolha do representante do Paraná para representar o Brasil na disputa da presidência da Confederação Sul-Americana de Futebol de Salão, a ser realizado proximamente, ao qual pretendemos prestigiar com a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Luiz Cordoní Júnior, Secretário da Saúde do Estado, solicitando estudos no sentido de se instalar um aparelho telefônico no Ambulatório Nossa Senhora da Piedade, no Município de Sarandi.

Tal solicitação é, também, em atenção ao requerido pela Vereadora Elisa de Almeida Caust, de Sarandi.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Affonso Alves de Camargo Netto, Ministro dos Transportes, dando apoio à reivindicação do Sr. Said Felício Ferreira, Prefeito de Maringá, visando a reativação do trem de passageiros; a construção de uma ponte ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul e a mudança do Pátio de Manobras da Rede Ferroviária Federal S/A, do centro da cidade, para a estação de transbordo, da Itaipu.

Tal solicitação é, também, em atenção ao requerido pelo Vereador Nereu Vidal Cezar, Presidente da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Fernando Lyra, Ministro da Justiça, dando apoio à reivindicação do Sr. Said Felício Ferreira, Prefeito de Maringá, visando a criação de uma Delegacia de Polícia Federal em Maringá, tendo em vista a necessidade que o município tem do referido órgão para solucionar os problemas que existem e que estão afetos ao trabalho da Polícia Federal.

Tal solicitação é, também, em atenção ao requerido pelo Vereador Nereu Vidal Cezar, Presidente da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Pedro Jorge Simon, Ministro da Agricultura, dando apoio à reivindicação do Sr. Said

Felício Ferreira, Prefeito de Maringá, visando a criação de incentivos à cafeicultura em nossa região, tendo em vista que a cultura do café foi a base do progresso em nosso Estado e hoje precisa voltar à atividade para o aproveitamento da mão-de-obra de muitas famílias humildes que, hoje, ou estão desempregados ou subempregados trabalhando como bóias-frias, recebendo um míngua pagamento que não lhes possibilita, sequer, adquirir os gêneros alimentícios de primeira necessidade, para seu sustento.

Tal solicitação é, também, em atenção ao requerido pelo Vereador Nereu Vidal César, Presidente da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Pedro Jorge Simon, Ministro da Agricultura, dando apoio à reivindicação do Sr. Said Felício Ferreira, Prefeito de Maringá, visando a reativação do plantio de cítricos na região Norte do Estado do Paraná, em especial em Maringá, onde os pequenos e médios proprietários agrícolas devem e querem voltar a se dedicar à citricultura, voltando, conseqüentemente, a gerar trabalho nos pomares, às humildes famílias que, sem terem outra opção, vêm para a cidade à procura de um novo meio de vida.

Tal solicitação é, também, em atenção ao requerido pelo Vereador Nereu Vidal César, Presidente da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, dando apoio ao requerido pelo Vereador Veldemir Pereira, seja estudada a viabilidade de ampliação do número de terminais telefônicos para o Município de Paçandu.

Isto se deve ao fato de a população paçanduense estar necessitando de instalações telefônicas, estando dispostos a movimentos com abaixo-assinados, tendo em vista que muitos chefes de famílias que trabalham em outra cidade e dependem do telefone para entrar em contato com seus familiares. Além de repartições públicas instaladas recentemente que dependem do telefone para desenvolver melhor seus serviços burocráticos, onde dependem de orientação de outras repartições.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. João Elísio Ferraz de Campos, Secretário das Finanças, sugerindo a criação da nota fiscal de produtor interestadual.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A nota fiscal do produtor serve para a

comercialização de produtos agropecuários produzidos dentro do Estado do Paraná, uma vez que não existe nota fiscal de produtor interestadual para produtos isentos ou com alíquotas zero. Partindo-se deste fato, toda vez que o produtor deseja remeter um produto isento para fora do Estado, ele está sujeito a uma série de normas burocráticas estabelecidas pela legislação em vigor.

Devemos então ponderar o seguinte:

I — Uma administração fisco-tributária dinâmica se norteia pela eficiência de suas normas.

II — Outros Estados da Federação procuram facilitar ao máximo o escoamento de seus produtos.

III — A norma atualmente em vigor é a seguinte:

a. o produtor que deseja mandar seus produtos isentos para fora do Estado, deve primeiramente emitir a Nota Fiscal em seu talão de Notas Fiscais de Produtor.

b. posteriormente, deve ir à Agência de Rendas de seu município, o que nem sempre é fácil, em virtude da distância que separa a zona rural da cidade.

c. na Agência de Rendas, solicita a emissão de uma Nota Fiscal Interestadual, ao funcionário encarregado.

IV — A arrecadação do ICM é a primeira fonte de rendas de um Estado, e é necessário um atendimento rápido e eficiente.

V — O tempo perdido, desde o início da operação até a emissão pela Agência de Rendas da Nota Fiscal, é enorme.

Isto posto, sugerimos que o Estado estabeleça:

1 — Normas fisco-tributárias, eficientes e ágeis, para os produtos agropecuários isentos ou com a alíquota zero.

2 — Uma nota fiscal de produtos interestadual, como em outros Estados da Federação, desburocratizando este setor, que além de não trazer nenhum tributo, ainda faz com que tenha enormes gastos com pessoal e material.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador José Richa, e à Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, solicitando que o Estado remunere os médicos veterinários e os engenheiros florestais que trabalham nos colégios agrícolas estaduais, a partir do piso de um salário-mínimo profissional.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Em 1966, os engenheiros brasileiros, conseguiram uma importante conquista com a promulgação da Lei Federal nº 5194, que estipula um salário-mínimo profissional para a categoria, isto é, um piso salarial para garantir as condições mínimas para uma vida digna do profissional e de sua família. Infelizmente, esta lei tem sua ação legal limitada apenas à iniciativa privada, não atingindo os engenheiros que trabalham para o Estado ou para empresas vinculadas a ele.

Todavia, entendemos que, mesmo o Estado não tendo obrigação legal de estender esta conquista para os engenheiros que estão a seu serviço, é justo que o Executivo paranaense encampe esta reivindicação, valorizando os quadros estaduais e a categoria dos engenheiros que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento do Paraná.

Por estes motivos, solicitamos ao Sr. Governador José Richa e à Sra. Secretária de Estado da Educação,

Gilda Poli Rocha Loures, que concedam remuneração aos médicos veterinários que trabalham nos colégios agrícolas estaduais, a partir de um piso de um salário-mínimo profissional, de acordo com os termos da Lei n.º 5194.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência à Secretaria da Administração, pedindo a criação de um serviço de Junta Médica do Instituto de Previdência do Estado junto à Coordenadoria Regional do órgão, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A obtenção de licença para tratamento de saúde superior a 15 dias, obriga ao segurado seu deslocamento a Curitiba com a finalidade de se submeter a exame de perícia médica.

Essa locomoção implica em despesas de locomoção e hospedagem, além de sujeitar ao doente um possível agravamento de seu estado de saúde. A criação de uma Junta Médica em Cascavel atenderia no local aos sete municípios que integram a Coordenadoria Regional do IPE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo intitulado A SEGUNDA MERENDA ESCOLAR, de autoria do jornalista João Saldanha, publicado na edição do dia 11 de maio de 1985, na décima-oitava página do jornal GAZETA DO POVO.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 75/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRET A:

Art. 1.º — É criado o Conselho Estadual de Suinocultura, com atribuições de:

- I. promover levantamentos e estudos da suinocultura, em seus vários segmentos;
- II. propor ações e diretrizes para o estabelecimento de uma política para a atividade;
- III. apresentar estudos globais, parciais ou regionais para a atividade;
- IV. aglutinar os diversos setores, públicos ou privados, envolvidos na suinocultura desde o produtor até o consumidor;
- V. subsidiar o setor público.

Art. 2.º — O Conselho Estadual de Suinocultura terá a seguinte composição:

- I. Secretaria de Estado da Agricultura;
- II. Secretaria de Estado das Finanças;
- III. Secretaria de Estado da Indústria e Comércio;
- IV. Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social;
- V. Delegacia Federal do Ministério da Agricultura do Paraná;
- VI. Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa

do Paraná;

- VII. Federação da Agricultura do Estado do Paraná;
- VIII. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná;
- IX. Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado do Paraná;
- X. Organização das Cooperativas do Estado do Paraná;
- XI. Associação Paranaense de Suinocultores;
- XII. Associação Regional de Suinocultores do Sudoeste;
- XIII. Associação dos Suinocultores do Oeste;
- XIV. Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná — ACARPA;
- XV. Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná;
- XVI. Associação dos Zootecnistas do Paraná;
- XVII. Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária;
- XVIII. Universidade Federal do Paraná;
- XIX. Instituto Agronômico do Paraná.

§ 1.º — Cada Entidade deverá designar um membro efetivo e um suplente, em caráter permanente.

§ 2.º — O representante da Secretaria de Estado da Agricultura exercerá a Presidência do Conselho.

Art. 3.º — O Conselho poderá convocar autoridades, empresários e especialistas para as reuniões que julgar importante.

Art. 4.º — Cada membro do Conselho poderá se fazer acompanhar nas reuniões por três assessores ou mais, quando autorizado pelo Presidente.

Art. 5.º — A Secretaria de Estado da Agricultura propiciará o apoio técnico e administrativo às atividades do Conselho Estadual de Suinocultura, quanto ao pessoal necessário à realização de suas finalidades e à execução de suas atribuições.

Art. 6.º — O Conselho contará ainda, com juntas técnicas, órgãos de assessoramento direto, constituídos por integrantes do conselho e órgãos e ou entidades associativas ligadas ao setor.

Art. 7.º — O Conselho Estadual de Suinocultura terá um Regimento Interno que regulará as suas atividades, bem como o número de juntas técnicas e o seu respectivo funcionamento.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A suinocultura está presente em aproximadamente 650.000 propriedades rurais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Paraná, sendo que 70 por cento delas dependem deste produto como fonte principal de renda da propriedade.

A grande maioria de produção é feita em pequenas propriedades rurais, usando principalmente a mão-de-obra familiar, contribuindo na manutenção e permanência no meio rural de aproximadamente 3.250.000 pessoas.

A Suinocultura gera também indiretamente uma infinidade de empregos diretos e indiretos.

No Paraná, a suinocultura está presente em 280 mil propriedades rurais, o que representará um índice da ordem de 62 por cento. Destas 280 mil propriedades 224.000 estão abaixo de 50 ha, o que representa que 80 por cento estão classificadas como pequenas e médias propriedades.

Ainda no Paraná, a suinocultura contribui na manutenção de 1,7 milhões de pessoas no setor primário e gera também 200.000 empregos diretos e indiretos no setor secundário, seja nas indústrias que fornecem

equipamentos e insumos, seja nas indústrias que o transformam, seja no comércio varejista.

A frustração da suinocultura deve, portanto, ser considerada como um dos fatores importantes que colaboraram para o incremento do êxodo rural, que tanto tem castigado o nosso Estado.

A Nova República enfatizou a necessidade de resgatar a dignidade do povo brasileiro, melhorando sua condição de vida, fixando o homem no campo, evitando o êxodo rural, propiciando aos brasileiros um padrão alimentar à altura de suas necessidades.

Os suinocultores estão dispostos a entrar nesta batalha, e o farão na medida em que contar com um apoio efetivo do Governo, principalmente no que diz respeito à formulação de uma política de apoio ao setor. Para este objetivo acreditamos que a viabilização do Conselho Estadual de Suinocultura será de grande valia para a formulação e incentivo desta política, como também servirá como um instrumento de acompanhamento e fiscalização, permanente de sua aplicação.

PROJETO DE LEI Nº 76/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública o DASAP-SUL — DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ADVENTISTA DA PROMESSA DA REGIÃO SUL, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O DASAP-SUL — DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ADVENTISTA DA PROMESSA DA REGIÃO SUL, foi fundado em 10 de março de 1984, e constitui uma entidade civil sem fins lucrativos.

Seus principais objetivos são:

1. Prestar assistência social a pessoas carentes, sem distinção de raça, cor, credo político ou religioso.
2. Propõe-se, igualmente, assistir filantropicamente a toda e qualquer pessoa, comprovadamente carente, que procurar auxílio junto à sede, ou a qualquer membro ligado ao DASAP-SUL.

Ao presente plano de lei, estamos anexando a documentação comprobatória de conformidade com o exigido, através da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para Declaração de Utilidade Pública, de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações, em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 77/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DA BOA VISTA, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Fundada há mais de 10 anos, a A.B.M.B.V., vem funcionando normalmente, procurando cumprir suas finalidades, ou seja, prestando assistência médica, jurídica, odontológica e social a todos os moradores sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso, procurando, de comum acordo,

melhorar as condições físicas do bairro.

Por essa razão, estamos apresentando o presente plano de lei esperando o apoio dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado, Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A indicação do Senhor Ney Braga para a presidência da Itaipu Binacional ainda soa como constrangedora provocação na consciência dos democratas paranaenses. Nem bem passaram dois anos de sua deposição no Estado, por força da vontade popular expressa nas urnas, e o mesmo Ney Braga que comandou o Paraná durante duas décadas, por força de sua convivência com o autoritarismo, volta a ocupar um cargo de relevante importância.

Sabemos que sua indicação é um dos frutos amargos da necessária coalizão de forças para derrotar o regime no Colégio Eleitoral. Um pesado preço que está sendo pago pelas injunções políticas que deslocaram a decisão sucessória das urnas para o universo dos acertos de cúpula num Colégio que, cumprida a promessa de Tancredo Neves, não mais terá vigência em nossa história. Mas consideramos que a retribuição à contribuição tardia de Ney Braga é muito grande e penosa demais para todos que conheceram de perto sua política e seus métodos.

Por que a Presidência de Itaipu? Pela conveniência da aceitação de seu nome pelo Governo Paraguai, a ditadura que sobrevive do outro lado do Rio Paraná oprimindo seu povo? Pela importância e influência que terá sobre os desdobramentos imediatos da política estadual, especialmente sobre os municípios que terão eleições, ainda, em 1985, na área de fronteira? Pela magnitude dos recursos e instrumentos que terá em suas mãos para tentar reconstruir seus passos a partir da derrota?

Estas perguntas, que a simples alegação de acordos políticos prévios à Nova República não justificam, são feitas por todos os membros do PMDB do Oeste do Paraná. Revoltados e com um sentimento de frustração, ao ver seus esforços pelas mudanças desaguarem em tão insidiosa nomeação. Se havia um preço a ser pago ao Senhor Ney Braga, que fosse na justa medida de sua importância regional, hoje reduzida à condição de derrotado que já decidira e anunciara que não mais voltaria a atuar politicamente, tão desastrosa fora sua tentativa de perdurar no poder através do apoio social que lhe foi negado, pela população paranaense.

Ney Braga para os paranaenses do Oeste, tem nítida conotação com

continuismo. Mais grave. Com a ressurreição de uma liderança política que o povo decidira, por estrondosa maioria, relegar ao limbo da história, entre os personagens que foram alicerces do regime autoritário. Aqui, a Velha República tinha outro nome, Ney Braga. E esse passado infame preferíamos ver esquecido.

Como não aceitamos sua nomeação, não aceitaremos que interfira, com o uso do cargo e da máquina administrativa que vai operar, nos pleitos municipais da região. Muito menos nas questões políticas que digam respeito ao relacionamento entre o Governo do Estado e as direções políticas da área. Esse terreno foi conquistado com o esforço de uma campanha eleitoral que não se resumiu a 1982. Mas que teve início muito antes. Certamente desde o primeiro dia em que as tropas depuseram um governo constitucional para inaugurar o mais longo período de arbítrio na história brasileira.

Vinte anos de luta pela democracia não podem ser derrotados por um mero acerto de cúpulas que privilegia o nome que foi negado pela sociedade paranaense para ser o seu representante no Senado. Porque não mais o queria a figurar como dirigente deste Estado. Melhor seria se a Nova República tivesse deixado Ney Braga em seu devido lugar, no passado, na galeria de homens que as novas gerações hão de reconhecer como aqueles que infelicitaram esta Nação. O suficiente para que não tentem voltar?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Surge um grande ditador no Estado do Paraná!

Seu nome:- José Kalil Richa.

O Diário Oficial publicou ontem, para espanto geral, levando-se em conta que o Brasil está na era da Nova República uma Resolução da Secretaria de Estado de Administração, assinada, inclusive, pelo Governador José Richa, fazendo uma ameaça aos servidores públicos estaduais, coincidindo com a assembléia geral, marcada pelos servidores, para a sexta-feira.

A Federação dos Servidores convocou uma reunião para traçar um esboço de reivindicações ao Senhor José Richa, e Governador se antecipando a esta Assembléia, faz publicar, pela primeira vez, na história do Paraná, uma ameaça do Governador do Estado aos funcionários, dizendo que só vai dar o aumento já estabelecido, não vai dar nada além do que

está estabelecido e que quem fizer greve será demitido pelo Governo do Estado do Paraná.

Onde é que está a democracia que trouxe ao Palácio Iguazu o Senhor José Richa?

Onde é que está o político José Richa?

Onde é que está aquele homem, que hoje é o Governador, e que antes de chegar ao Palácio Iguazu, apoiava todas as greves do Paraná, e hoje, justifica a sua posição dizendo apenas que há interferência política nas greves.

Se o Senhor Governador José Richa, não quer que os políticos interfiram, em favor, principalmente, do funcionalismo público, que atenda as suas reivindicações, porque quando candidato a Governador ele prometeu corrigir todas as injustiças, prometeu proporcionar um padrão de vida melhor ao funcionalismo!

É estranho, Senhor Presidente, que esta medida tenha sido publicada e diz aqui: (Lê):

"Não será concedido a nenhuma categoria funcional da administração direta ou indireta, aumento salarial, a qualquer título, excedente o índice semestral a ser obtido no mês próximo". E agora vem o importante, a ameaça ditatorial: "quando lî este ato do Governador pensei até que estivesse em 1964 ou no tempo de outras grandes ditaduras, nem nos períodos mais arbitrários do Brasil, um Governador do Estado, publicava uma ameaça no Diário Oficial! Diz aqui, no item dois da publicação de ontem do Diário Oficial: "Aos Secretários de Estado e titulares de órgãos autônomos, em suas respectivas áreas de atuação, confere-se o direito e o dever de adotar as medidas necessárias para as eventuais substituições de servidores obedecidas as normas legais e regulamentares vigentes".

É uma pena, Senhores! A democracia está de luto, no Paraná!

Nunca tinha visto um Governador que chegou ao cargo através de um regime democrático, com o apoio do funcionalismo público, esse homem fazer uma ameaça tão severa, de punição fatal, de demissão ao funcionalismo público que está clamando por uma atenção maior e melhor do Governador, que eles elegeram!

Por isso o nosso repúdio, a nossa tristeza, o luto da democracia, o luto dos funcionários públicos por esta arbitrária e ditatorial ameaça do homem que o Governador do Paraná e que, certamente, no ano que vem, vai voltar a pegar na mão e dar tapinhas nas costas do funcionário, para pedir o seu voto e se eleger Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongruel, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Esta Assembléia Legislativa, através dos Senhores Deputados, já tem agora conhecimento do texto do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, que dispõe sobre tratamento diferenciado a ser dispensado à microempresa, quanto ao recolhimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias.

Vale lembrar que o Estatuto da Microempresa consagrado pela Lei Federal, tem como objetivo metas sociais desejáveis, dentre elas a maior absorção de mão-de-obra e retomada do crescimento econômico no setor.

Isto é bom salientar, faz com que os Senhores Deputados com assento nesta Casa, não se prendam na análise do referido documento, ao rigor tributário, porque este poderá, fatalmente descaracterizar o próprio conceito nacional do que se entende por microempresa.

Agora, a propósito das resistências que vem recebendo o Estatuto da Microempresa, quer a nível de governos estaduais, governos municipais, órgãos públicos, entidades de classe, sem dúvida e repetindo aqui, mais uma vez, o Ministro Paulo Lustosa - é consequência da falta de esclarecimentos e de informações sobre a caracterização da microempresa e seus propósitos, acima de tudo os de ordem social.

Mas quero, Senhor Presidente e Senhores Deputados, salientar que a Comissão de Constituição e Justiça, já de posse desse material, promoveu dois encontros da maior importância: o primeiro deles, com o Senhor Gerson Weiss, Presidente da Associação das microempresas do Paraná. E, ainda hoje, pela manhã, o Secretário de Finanças, João Elísio Ferraz de Campos.

Esses encontros possibilitaram a esperança de que o projeto de lei em questão, seja revisto, acima de tudo, quanto aos limites fixados para a caracterização da micro-empresa no Paraná.

É sabido que no plano federal o limite foi estabelecido em até 10.000 ORTNs, e a proposta original do Executivo estabelece apenas 5.000 ORTNs.

Um outro ponto da maior importância é quanto à conceituação do consumidor, seja ele o consumidor final ou consumidor que adquire o bem da microempresa e, em seguida, repassa a um outro consumidor. Esses dois pontos foram da maior importância, quando efetivamente aceitos pelo Senhor Secretário de Finanças, a fim

de que fossem eles discutidos a nível de Comissão de Constituição e Justiça, e que se buscasse um comum acordo, em que a receita do Estado não sofreria as perdas tão grandes quanto, a princípio possam indicar, e a microempresa não estaria perdendo uma das parcelas mais significativas que a caracterizam como micro-organização digna de receber as atenções dos planos governamentais.

E, por certo, haverá a elaboração de um substitutivo a nível dessa comissão, para adequá-la às conveniências do Estado, bem como das microempresas.

Eu creio que isto enseja a facilidade de tramitação do Projeto de Lei na Casa, e levando, conseqüentemente, este Poder Legislativo possibilitar o Executivo, o cumprimento do prazo definido pela legislação Federal que estabelece o dia 09 de junho de 1985 como prazo último, para que uma vez não aprovado no plano estadual, municipal, passe a vigir em toda plenitude do Estatuto da Microempresa proposto pelo plano federal.

Quero aqui salientar, a boa vontade do Senhor Secretário de Finanças e seus Assessores, para que em nível de Comissão e Constituição e Justiça, encontrarmos apoio técnico e político, que será a melhor forma para satisfazer os interesses da microempresa paranaense, e do próprio Estado do Paraná. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso, inscrito.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes que eu me refira ao assunto específico que me traz à tribuna, desejo tecer algumas considerações rápidas sobre o discurso do Deputado Sérgio Spada, representante de Foz do Iguaçu, tendo em vista a pessoa do ex-Governador na Presidência da Itaipu Binacional.

A presença do Deputado Sérgio Spada na tribuna da Assembléia Legislativa, é freqüente, é assídua, para referir-se a Ney Braga, inclusive desrespeitosamente. O Deputado Sérgio Spada devia limitar-se a dizer da sua expressão política em relação a Ney Braga. Ele é um jovem iniciante, começando agora, que fala mais alto do que sua estatura política.

Ninguém veio aqui até há pouco, Senhor Presidente, dizer que o Presidente da Itaipu, até agora, não era paranaense; ninguém veio dizer aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Presidente General Costa Cavalcanti recebia e recebe em dólares. Somente agora, quando Ney Braga deve assumir a Presidência dessa companhia importante,

binacional, resultado de entendimento, de uma coligação de partidos, que foi da Aliança Democrática, inspiração do ex-presidente Tancredo Neves, nomeação que se efetivara pela vontade de Tancredo Neves, por decisão da Aliança Democrática, responsável pela eleição de Tancredo Neves.

Não existiria Presidente Tancredo Neves, não fossem os entendimentos que antecederam à eleição, através dos ex-companheiros que, rompendo com Figueiredo, liderados pelo Vice-presidente Aureliano, nasceu a Frente Liberal, também, mas antes a Aliança Democrática que resultou, e sem ela não haveria MDB no Governo, Senhor Presidente. E Ney Braga foi resultado desse entendimento. Mas não foi só o resultado desse entendimento. Ney Braga é resultado de trinta anos de trabalho em favor do Paraná.

Nós podemos discordar de muito que aconteceu ao longo de sua carreira política, de sua vida política no exercício da Governança do Estado, na representação da Câmara Federal, nos Ministérios a sua presença marcante, pode ter cometido muitos erros. Os nossos companheiros, muitos deles, culpam-no pelo apoio antecipado às consultas do Partido, a Saul Raiz, e ele aceita. Mas, ele vai para a Presidência da Binacional, Senhores Deputados, pelo valor que ele tem, pela sua integridade moral. Estou aqui, Senhores Deputados, com alguns dos Senhores eu convivo há quatro legislaturas, estou aqui há quase 16 anos, nunca um parlamentar de qualquer partido que fosse, levantou a sua voz para atacar a dignidade pessoal de Ney Braga, tantas vezes atacada e ofendida pelo Deputado Sérgio Spada, que eu repito, não se limita à altura do seu tamanho eleitoral e político.

Portanto, prezados Senhores Deputados, o Paraná não aceita as críticas levantadas pelo Deputado Sérgio Spada. Ao contrário disse, foi uma conquista muito grande, a ida de Ney Braga para a binacional, mas devemos muito ao entendimento que me referi da Aliança Democrática, porque um paranaense está lá trabalhando para o Paraná, e nós somos gratos pela importância deste evento, por termos um paranaense, somente agora lembrado pelos homens da Oposição, especialmente o Deputado Sérgio Spada.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Passo a ler o assunto que me trouxe a esta tribuna. (Lê):

"Dentre os muitos males que afligem o povo brasileiro, em particular, as classes mais carentes, está a falta de assistência médico-hospitalar.

A situação de milhões de brasileiros,

previdenciários ou não, é verdadeiramente aflitiva, senão desesperadora. Entre os mais humildes, ninguém sabe, com efeito, se ao adoecer, encontrará um lenitivo, por menor que seja, para a sua dor.

Mas, infelizmente, o problema não é apenas esse. Não é só a falta do atendimento médico, ou do internamento hospitalar, na hora precisa, no momento do desespero.

Antes mesmo disso, está a terrível situação dos medicamentos, hoje a preços inatingíveis pela grande maioria da população de média ou baixa renda.

Basta ver, junto aos balcões das farmácias e drogarias, a reação das pessoas. Basta sentir o drama de quantos não conseguem comprar o remédio prescrito, pois o preço lhe é de todo inacessível.

Pois bem, diante desse quadro tétrico, emoldurado pela pouca sensibilidade de nossas autoridades, é com satisfação que registramos os sinais de possível mudança para o setor.

De fato, ao assumir a Presidência da CEME/CENTRAL DE MEDICAMENTOS, órgão do Ministério da Previdência Social, o ex-Senador Gilvan Rocha não poderia ser mais feliz ao expor suas metas e prioridades à frente do órgão, a saber: nacionalizar os insumos farmacêuticos; estatizar a produção dos remédios básicos por ser área de segurança nacional; incentivar a pesquisa da flora medicinal; introduzir a homeopatia na relação de medicamentos básicos; e propor a alteração da legislação de medicamentos em vigor.

Além disso, o novo Presidente da CEME prometeu reabrir o órgão à imprensa e repensar o setor, para que possa ele reconquistar a credibilidade e as linhas mestras de atuação para as quais foi criado em 1977, no sentido de baratear os remédios essenciais à população brasileira.

Não menos feliz foi o Ministro da Previdência Waldir Pires, que, após recordar os sonhos de Tancredo Neves, sustentou, numa crítica direta às indústrias multinacionais, que a subordinação do setor farmacêutico às empresas estrangeiras, 60 por cento (60%) das empresas multinacionais controlam mais de oitenta (80%) por cento do mercado nacional, subordinando o País à importação anual de 350 a 400 milhões de dólares só com matérias-primas. Com isso, evidentemente encarecendo de forma absurda os preços dos remédios.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É esse, lamentavelmente, o quadro de nossa dependência externa, em termos de indústria farmacêutica. Um setor, nem é preciso dizer, da mais alta relevância,

porque dele dependem diretamente a saúde e a própria vida de nosso povo.

Na verdade, não temos aversão pela participação estrangeira em setores de produção do País, mas, temos sim, o bom senso para ver que, no campo da indústria de medicamentos, tal dependência é nociva e perigosa. E que, por isso mesmo, laboratórios nacionais não podem mais passar para mãos alienígenas, nem tampouco se permitir que o Brasil continue sujeito à importação de matérias-primas.

Quando, então, nos deparamos com alguém que procura alterar tal situação, impondo novos rumos ao setor, não podemos lhe negar apoio e aplausos. E é o que fazemos, neste instante, congratulando-nos com o recém-empossado Presidente da CEME, Gilvan Rocha, pela preocupação demonstrada em baratear os remédios essenciais à população brasileira. E aplaudindo o Ministro Waldir Pires, por revelar não só os níveis de dominação a que chegamos, mas, principalmente, os prejuízos decorrentes de tal situação para a economia nacional e a saúde dos brasileiros."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Djalma de Almeida César, inscrito.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, para apreciação desta Casa, promoção de apoio à candidatura do jornalista paranaense, Jorge Kudri, à presidência da Confederação Sulamericana de Futebol de Salão. Como desportista que somos, e como integrantes desta Casa, nós nos sentimos honrados em falar, com a maior tranquilidade possível, sobre a justificativa desta nossa promoção de apoio à candidatura de Jorge Kudri.

Ligado ao esporte desde a infância, Kudri iniciou sua carreira como jornalista esportivo, aos quinze anos de idade. Foi fundador dos jornais "Tribuna do Paraná", "Correio do Paraná" e "Correio da Noite", e atualmente presta inestimáveis serviços ao "Diário Popular".

Em 1971, assumiu a Presidência da Federação Paranaense de Futebol de Salão, quando existiam apenas três ligas filiadas e apenas contando com aproximadamente 300 atletas.

Iniciou seu trabalho, naquela época organizando a própria Federação, em cuja sede encontrou apenas uma máquina de escrever e uma escrevaninha, com precário registro de atletas.

Hoje, a Federação Paranaense de Futebol de Salão, é uma das mais respeitadas do País, participando, desde

o ano da primeira eleição de Kudri a sua Presidência, de todos os certames nacionais desse consagrado e festejado esporte.

O excelente trabalho desenvolvido à frente da Federação Paranaense de Futebol de Salão, considerada a segunda maior federação salonista do País, ela é superada apenas pela Federação de São Paulo. Esse esporte hoje é praticado no Paraná, nas seguintes categorias: mamadeira, fraldinhas, pré-mirim, mirim, infantil, infanto-juvenil, aspirantes e principal, indo desde os cinco anos até os trinta e cinco anos de idade.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos aqui, justificando esta nossa moção de apoio, nos congratular com o jornalista Jorge Kudri, pelo seu trabalho maiúsculo à frente da Federação Paranaense de Futebol de Salão. Esses números que acabamos de relatar credenciam por si só a escolha do representante do Paraná para representar o nosso País na disputa do mais alto posto da Confederação sulamericana de Futebol de Salão, cuja eleição será realizada agora bem próximo, a qual, desta tribuna, nós pretendemos prestigiar e contar com o apoio dos Senhores Deputados para que essa moção de apoio seja de aprovação à candidatura do jornalista Jorge Kudri à Presidência da Confederação Sulamericana de Futebol de Salão.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No

Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Antônio Fonseca, inscrito.

O SR. JOSÉ ANTONIO FONSECA - Senhor

Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A maravilha da vocação democrática de um povo está na rotatividade do poder. Porque ela faz uns passarem da Oposição, para a ação, e outros, do Governo, para os louvores da História ou para o ostracismo necessário ao perdão nacional. Pelo milagre da paz que o bom senso do povo brasileiro operou, passamos da ditadura destruidora, para o GOVERNO CIVIL reinstaurado pela Nação.

E, pertencente a uma geração que iniciou a sua existência fazendo Oposição, premida pela opressão da ditadura que tinha na alienação da Pátria e na escravização dos brasileiros ao imperialismo de cartéis, era para hoje, estar caçando os nossos algozes, todavia, também defendendo o princípio de que na condução do Processo Histórico de um povo, devemos recuperar o que foi perdido, como o que construímos para o futuro, e

vingar-nos dos que nos massacraram, passando por eles como se fôssem entulhos naturais da EVOLUÇÃO CÍVICA da Nação.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho hoje a esta tribuna, com o peito estufado de ânimo pela reconstrução da Pátria. Porque nem seríamos dignos da vocação democrática do povo brasileiro que nos transmudou de Oposição onde tudo nos era negado pelo Governo do País, à Situação, onde só vemos destruição, saques e desolação em todos os horizontes à nossa volta, se não tivéssemos a certeza, desde já posta em ação, de recuperarmos tudo.

Nesta tarefa de recuperação da Pátria, é imprescindível a retomada do desenvolvimento intelectual da Nação, centralizando nos investimentos prioritários do Governo, porque ele é a pedra angular de toda a visão de desenvolvimento nacional; é a razão de todos os nossos esforços políticos. Porque é ao estudante de hoje, que devemos estar preparando os detidos da Pátria que ele assumirá amanhã.

Por isso, instauro nesta tribuna, convocando para ela, toda a minha bancada, mas, com especial empenho, os nobres companheiros Deputados do Oeste e do Sudoeste do Paraná, a AÇÃO PARLAMENTAR pela criação da UNIVERSIDADE DO OESTE, acolhendo o trabalho já desenvolvido, das comunidades educacionais daquelas cidades, que sem incentivo algum e sem tipo algum de ajuda governamental, lá já fundaram os alicerces de uma Universidade, demonstrando uma abnegação pelo ensino de nossa juventude, que merece ser visto como as coisas que santificam determinadas pessoas, tal o grau de dedicação sacerdotal que lhes marca o ideal.

Uma equipe de corajosos e competentíssimo educadores, que ministram os ensinamentos básicos à juventude do Oeste e do Sudoeste do Paraná, não se contentaram em ver os nossos filhos, sedentos por irem até ao fim das preparações universitárias, ficarem apenas alfabetizados, por não terem espaço nas cátedras da Nação. E então, contra todas as adversidades que durante estes vinte e um anos de ditadura se abateu contra a educação neste País, já produziram um milagre com a fundação de oito faculdades que se mantêm em funcionamento na cidade de Cascavel, recebendo de ajuda econômica, apenas uma quota que a Prefeitura Municipal de Cascavel extrai do seu orçamento. E diga-se, é a mais bem empregada verba orçamentária, porque está sendo investida numa área que ficará para sempre: A área dos recursos humanos do Paraná; a área que constrói, e em cujo preparo para construir está a certeza da

eternização da Pátria, única recompensa efetiva para aqueles que hoje, por ela se empenham.

A UNIVERSIDADE DO OESTE é uma instituição de fundamental importância para a DEMOCRACIA que o nosso Governo se comprometeu construir. Porque empreender uma "Nova República", é proclamar a vitória de um novo tempo, que tem na juventude a sua irresistível força, e na superação do passado, a lição de que a estabilidade de um povo não está nos ideais proclamados, mas no seu permanente ajustamento à dinâmica dos tempos. Por isso, não basta a proclamação de uma "Nova República", se os nossos ideais não se transformarem numa DOUTRINA DE EXISTÊNCIA expressada por realizações que corrijam o curso da nossa História e reestruturem o nosso existencialismo. E não é necessário lembrar aqui, que o HOMEM é o centro da "Nova República", visto já estarem desacorrentados da escravidão operária, todos os sindicatos, que no dia 1.º de maio, inauguraram um Novo Tempo nesta Nação, com o maior número de greves já registrados ao mesmo tempo: 43 categorias profissionais, exercendo o direito paredista de equilíbrio entre capital e trabalho, com uma soberania que não se registrou ainda em nenhuma outra nação, quer pelo grau de respeitabilidade governamental a esse direito dos trabalhadores, quer pelo grau de penetração cívica dos trabalhadores para com a Pátria e o Governo. E somando-se a isso, o Ministério da Educação já anunciou a elevação dos investimentos do Governo, na educação, de 5% para 13% do Orçamento da União.

E, havendo pois, o recurso orçamentário, o pressuposto básico para a AÇÃO PARLAMENTAR que ora instauro, é inquestionável. Como inquestionável é, o suporte fático da pretensão política. Pois que, a UNIVERSIDADE DO OESTE se centraliza numa população regional de mais de 1,2 milhão de habitantes, que já tem matriculados, 3.500 acadêmicos, vindos de uma força de produção representada por 6 das dez maiores cooperativas do Estado, e da maior unidade de energia hidroelétrica do mundo, que é Itaipu, E, se o conglomerado cooperativista do Estado, tem dois terços de sua força, naquela Região, e considerando que o Paraná é responsável por 20% da produção básica da Nação, me parece superfluo sustentar ainda, esse empreendimento educacional, como mero ideal, mera aspiração daquele povo; porque diante de tal pujança econômica, socorrer essa força de produção, com recursos humanos qualificados, é quase uma questão de segurança nacional, visto que se nós não oferecermos ao empresariado que

empreende essa extraordinária força de produção da Região recursos humanos à altura desse arrojo de desenvolvimento, certamente, esses recursos terão de ser buscados fora. E ali bem encostado está a Argentina, cujo grau universitário de sua gente é o maior de toda a América Latina. Nem é necessário sustentarmos que o congressamento econômico com os países vizinhos é iminente, porque essa iminência decorre da órbita natural dos povos em relação ao emaranhado dos fóros internacionais que tende regionalizar o Planeta de acordo com as afinidades dos respectivos povos. E a maior de todas, é a afinidade geográfica e as origens raciais. Por isso, o Extremo Oeste é a maior janela e a maior porta do Brasil para o mundo, por que é por ela que estendemos a nossa visão de existência através das nações vizinhas, e é por ela que podemos fortalecer o nosso desenvolvimento, expandindo os nossos mercados e fortalecendo pelo convívio fraterno e cooperativista com os povos vizinhos, a soberania continental, que vem beneficiar a soberania privada de cada nação. E isso já é um fato presente na Itaipu, que é uma empresa congregando o Brasil e o Paraguai; presente na cidade de Foz do Iguaçu, onde já temos o transporte urbano internacional e o chamado "comércio formiga", que dispensam pela sua própria natureza, qualquer sustentação de imanação de três povos, Brasil, Paraguai e Argentina, alheia às restrições de fronteiras. E isto é expressão de um Novo Tempo. Expressão que precisa agora de uma Universidade que a absorva e a transforme em CIVISMO; porque quando os homens se imanam acima das suas fronteiras geográficas, só o GRAU DE CIVISMO é capaz de garantir a estabilidade de suas pátrias. E então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se a responsabilidade da Universidade se agiganta pelo desenvolvimento que os povos alcançam, temos aqui no Paraná, no Oeste e Sudoeste, um fato concreto de conagração humano planetário, superior a qualquer argumento que possa plantar ali uma Universidade, como uma NOVA FRONTEIRA que este Novo Tempo impõe. Porque aí está o fato a nos dizer que o inventário jurídico do mundo terá as suas fronteiras nacionais, na consciência dos respectivos povos. Onde será maior ou menor a soberania, conforme maior ou menor for o grau de consciência cívica dos indivíduos; ou seja, de educação e de preparo profissional para a vida.

Por conseguinte, desconstrangidamente empreendo os interesses do povo de minha Região, legitimado por um suporte fático incontestável em si mesmo, e consubstanciado no presuposto orçamentário

de possibilidade governamental de realização; mas sobretudo, questinando o FATO MAIOR, da própria SOBERANIA CONTINENTAL e da estabilidade da Pátria, que se em outro tempo podia ser considerada questão subjetiva, é agora uma realidade a determinar a conduta do nosso futuro.

Pois além da finalidade tradicional da Universidade, a UNIVERSIDADE DO OESTE vem imbuída da dinâmica que inspira as diretrizes políticas dos Governos, e assim, já ajustada ao aperfeiçoamento do tipo de democracia que perseguimos, não como um aglomerado de tendências partidárias ou de coexistência ideológica para fomento da demagogia ou do dialetismo estéril, mas sim, como DOUTRINA DE CIVISMO. Por isso, a Universidade do Oeste traz a preocupação de incremento e de amparo às forças de trabalho e de produção do País, oferecendo as pesquisas científicas e todo o apoio tecnológico laboratorial. Aliás, o porte da agricultura, aliado à qualidade de solo, de clima e ao potencial hidrográfico ao lago de Itaipu e respectiva bacia, se somar a si, uma Universidade nascida dessa realidade e para essa realidade, poderá iniciar ali, o modelo agrário que haverá de suprir a fome não apenas do Brasil, mas de boa parcela da humanidade.

Por conseguinte, companheiros do Oeste, e Sudoeste a Universidade do Oeste extrapola de uma simples aspiração educacional de uma Região, e se constitui em um investimento inadiável na SOBERANIA NACIONAL. Não pode pois, postergada ou adiada seja a que pretexto for. E por causa disso, eu os conclamo à ação parlamentar pela sua realização".

O SR. ODENI MONGRUEL - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria, Deputado, de aduzir ao pronunciamento de Vossa Excelência, o fato de que Cascavel pela sua pujança econômica sobejamente reconhecida, pelo estágio de desenvolvimento urbano e nos demais planos que compõem a comunidade daquela região do Oeste, indiscutivelmente está por merecer uma atenção expressiva dos planos governamentais superiores, do Governo da União, no sentido de somar esforços como o povo de Cascavel e da região Oeste na consecução de alguns empreendimentos da maior importância, cuja repercussão desses empreendimentos não ficarão retritos apenas a cidade de Cascavel ou parte da região Oeste do nosso Estado.

Como é o caso da Universidade do Oeste, a Universidade que terá como sede o Município de Cascavel, mas cujos benefícios não se esgotarão aí, nesse território, mas por certo cobrirão todo o Estado do Paraná, do nosso País, e como

Vossa Excelência coloca muito bem, exercerá também influências nos países limítrofes.

É indiscutível um estágio material daquela instituição de ensino superior da cidade de Cascavel. E ela foi construída pelo esforço e pela dedicação de sua própria gente. Nunca recebeu aquela instituição qualquer contribuição generosa, quer dos Governos Estaduais anteriores, quer dos Governos Federais. E alimentou principalmente, a mocidade estudantil de Cascavel e da Região, atenções e expectativas, quanto ao surgimento do novo Governo. Estamos vivendo novos governos em Cascavel em todos os planos: no plano municipal, no plano estadual e agora no plano federal.

É justa, portanto, a pretensão daquele instituto de ensino superior e que Vossa Excelência, tão bem, na tarde de hoje, reproduz aí dessa tribuna. O que é preciso, isto sim, é que essas expectativas não sejam frustradas. E no exato momento que o Ministro Marco Maciel descobre o óbvio, que as atenções deverão fundamentalmente ser dispensadas ao ensino de 1.º grau e voltará as suas preocupações ao ensino de 1.º grau e ao ensino de base, envolvendo aí aspectos que vão além do ensino propriamente dito, atingindo outras condições fundamentais para sobrevivência digna da criatura humana, no caso de Cascavel parece-me a ocasião oportuna para o plano estadual e para o plano federal rever as suas posições e canalizarem os recursos que nunca canalizaram, mas que agora, mais do que nunca, se fazem indispensáveis à consecução dos propósitos daquela instituição de ensino superior.

Caso os recursos sejam injetados, aí estaremos vivendo numa época diferente em que há governos sensíveis aos apelos justos, aspirações mais legítimas como essas da mocidade estudiosa de Cascavel que leva à concretização dos recursos materiais indispensáveis para aquela Fundação Municipal ganhe expressão material e, a partir daí, passe a abrigar porque as condições técnicas e de ensino ela, Faculdade de Cascavel, já dispõe com a Universidade do Oeste sendo a quarta Fundação Universitária provavelmente estadual que virá a funcionar no Estado do Paraná. Quero parabenizar-me com Vossa Excelência e acompanhá-lo até o final de sua fala. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência que vem honrar o nosso modesto pronunciamento e sabedores que somos que Vossa Excelência, embora não seja daquela região, é um Parlamentar que tem uma preocupação a nível com as questões universitárias por

ser um educador e sabedores que somos em Ponta Grossa, inclusive, ocupou cargos na Universidade de Ponta Grossa.

O Sr. Sérgio Spada - Solicito um aparte, nobre Deputado. (Assentimento).

Em primeiro lugar, queria me parabenizar, dizer que sou solidário a esse seu pronunciamento no que toca a essa antiga e premente reivindicação do Oeste do Estado do Paraná, ou seja, a criação da nossa universidade pública, gratuita e realmente democrática para o Oeste do Estado do Paraná.

Mas, nobre Deputado, realmente é difícil falar das deficiências, da precariedade e das injustiças que já sofreu o Oeste do Estado do Paraná sem nos ligarmos essa problemática toda, a seu maior responsável, ou seja, o Senhor Ney Braga. O Senhor Ney Braga, que foi Ministro da Educação, e que nada fez pelo Ensino do Estado do Paraná. E uma das provas disso é o fato de o Paraná ter em seu território a única Universidade Federal ao passo que outros Estados, como o Rio Grande do Sul, tem mais de meia dúzia. O Senhor Ney Braga foi omissos mais uma vez neste particular no que toca à Educação.

E quando se fala em Oeste do Estado do Paraná a injustiça então toma proporções maiores, pois que foram criadas três universidades estaduais numa única cidade do Norte Pioneiro do Estado, esquecendo-se por completo do Oeste do Estado do Paraná.

Portanto, tudo que se fala e que diz no tocante a injustiças cometidas com relação a nossa Região tenham com relação direta a omissão ou a convivência ou a irresponsabilidade do Senhor Ney Braga. E lamentavelmente, nós, do Oeste do Estado do Paraná, neste momento que estamos prestes a assistir à posse desse homem na direção da Itaipu Binacional, não poderíamos de modo algum ficar calados, pois que, hoje, o que estamos transmitindo desta tribuna, e através deste aparte que bondosamente foi concedido por Vossa Excelência a este humilde Parlamentar, estamos simplesmente refletindo o desespero até certo ponto, mas a revolta muito maior do povo daquela região, pois que o povo do Oeste do Estado do Paraná não esquece dos momentos trágicos que enfrentou, no momento em que a ITAIPU Binacional se implantava na nossa Região; não esquece que o Senhor Ney Braga negou, inclusive, água para aqueles agricultores que faziam movimento para receber tão somente o prego justo pelas suas terras: não esquece que o Senhor Ney Braga foi conivente, omissos e partícipe, inclusive, de tudo que nós perdemos naquela Região, a começar pelas nossas terras férteis,

distritos e cidades que ficaram submersos. E o que temos de mais sagrado, que é a nossa gente, que, hoje, amargura a vida da periferia das grandes cidades, muitos dos quais indo para países estrangeiros, verdadeiras ditaduras, como é o caso do Paraguai e outros para o Norte do Brasil.

Portanto eu, até abusando um pouco da sua bondade, nobre Deputado, refuto com veemência as colocações do Deputado Basílio Zanusso, que não conhece a nossa realidade; que até há bem pouco tempo, até "malufista" era, e um "malufista" arrependido, de última hora, se soma ao Senhor Ney Braga, tão somente porque esse homens consegue ter em seu poder uma toda-poderosa ITAIPU Binacional, e disso sei e a região toda conhece, querem tirar dividendos políticos, usando a máquina da ITAIPU Binacional, e, inclusive, já estão aliciando todos os prefeitos biônicos daquela área de fronteira.

Portanto, nobre Deputado, Vossa Excelência me perdoe, talvez o excesso que a gente comete neste tipo de aparte. Mas, no que tange à criação da Universidade do Oeste do Estado do Paraná, nós temos que ligar esse fato à omissão, à conivência, e à irresponsabilidade do Senhor Ney Braga.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Muito

obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, e, em referência ao seu aparte, nós, Deputados do Oeste, e que, desde o início da construção da ITAIPU Binacional, que acompanhamos as agruras, os sofrimentos e a dor, principalmente dos agricultores do Oeste do Paraná, que, hoje, perambulam pelas favelas de nossas cidades, os "sem-terra" do Oeste do Paraná, nós só esperamos uma coisa, já que nos parece inquestionável a investidura do General Ney Amintas de Barros Braga na Presidência da ITAIPU Binacional, é que, pelo menos, ele não nos atrapalhe na criação da Universidade do Oeste do Paraná.

Concedo aparte ao nobre Deputado Edgard Pimentel.

O Sr. Edgard Pimentel - Deputado José

Fonseca, Vossa Excelência traz na tarde de hoje a esta Casa, um assunto que a todos interessa, mormente a nós que representamos a rica região do Oeste do Paraná. E como autor do projeto que no ano passado propôs ao Governo do Estado a estadualização da fundação Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel, naquela ocasião, queríamos exatamente desencadear um brado de alerta às autoridades constituídas no sentido de haver maciços investimentos na área do ensino. Mesmo porque a nossa região, que sempre

contribuiu com a arrecadação do Estado e de forma relevante.

Entendemos nós que muito pouco ela tem recebido de retorno dos Governos passados e do atual Governo do Estado.

Sorte que ao perceber, na tarde de hoje, o discurso que Vossa Excelência faz em favor da Universidade do Oeste, apenas queremos aplaudir a oportunidade do seu pronunciamento, nobre Deputado. Entendemos que o que vai ao encontro dos interesses da Região Oeste do Paraná, não pode e não deve ter marca de partido. Acho que tanto Vossa Excelência como o Deputado Sérgio Spada, Tércio Albuquerque, Mário Pereira, Sabino Campos, Gernote Kirinus, Werner Wanderer, os colegas que têm assento nesta Casa, todos nós que buscamos representar os interesses da sociedade em todos os segmentos daquela rica Região do Paraná, devemos numa voz uníssona, buscar este objetivo maior que é transformar em realidade... porque já existe de fato a Universidade do Oeste do Paraná, precisamos torná-la de direito. Ou se existe de direito, torná-la de fato.

De forma que parabenizo Vossa Excelência. Entendo que a nossa intercenção, neste instante, é a intervenção da pessoa que quer se somar à busca desta conquista, que é um direito adquirido da sociedade que fizemos, este modelo novo de civilização que se conhece no Paraná, que é a civilização dos homens que tornaram, já tão poucos anos atrás, aquela região agreste do Oeste, num modelar berço de produção do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Deputado.

O Sr. Mário Pereira - Permite-me um aparte, Deputado? (Assentimento).

Estava em meu gabinete escutando seu discurso e vim aqui para me parabenizar com Vossa Excelência por abordar, mais uma vez, da tribuna desta Casa, esta luta pela criação da Universidade do Oeste. Pela primeira vez, para se criar uma Universidade, acontece movimento de base envolvendo toda uma região do Paraná, como vem ocorrendo com o Oeste do Paraná, com reuniões seguidas em diversas cidades, lá em nossa região, em que participam as diversas unidades isoladas. As Câmaras de Vereadores, as Prefeituras... enfim, toda a comunidade engajada nesta luta pela Universidade Federal do Oeste.

Nobre Deputado Fonseca, acho que a Universidade Federal do Oeste, além de ser um direito daquela região, é uma necessidade. Sabemos, pela História brasileira, que todos os nossos ciclos, ciclo da borracha, ciclo da cana-de-açúcar, ciclo do ouro, tivemos grandes riquezas acompanhada de grande

miséria e grande pobreza.

Há anos atrás, quando ainda não desbravado o Oeste, rico Oeste do Paraná, não víamos lá tanta miséria como hoje vemos. Porque quando o Prefeito de Vera Cruz do Oeste, um grande fazendeiro, precisa para a colheita de algodão, os bóias-frias, em certos bairros de Cascavel, não podem eles ir, porque senão os seus ônibus que carregam bóias-frias são apedrejados por tanta gente que querem ir trabalhar e no ônibus não cabe. Tamanha é a miséria que hoje se vê na rica Cascavel, centro daquela rica Região. Precisamos lá ter uma massa crítica a verificar que ao acabar o Ciclo da Soja, com o empobrecimento das terras que hoje já se verifica não sobrar só a miséria que hoje sobre no Nordeste. Precisamos desta massa crítica a discutir e a verificar que, o que ocorre hoje no Oeste, é o mesmo que ocorreu na Região da Vila Rica quando, com a riqueza, através da exploração do trabalho escravo que é quase como hoje a exploração do bóia-fria, se importavam as sedas da Europa que foi o que sobrou quando os veios de ouro se esgotaram lá. As sedas na mão da minoria e a grande miséria na mão da maioria. As sedas da Vila Rica de então hoje se parecem com as placas dos carros do rico Oeste do Paraná nas praias do litoral catarinense no verão. E aqueles homens lá, os bóias-frias, que não vão para a praia, continuam ao sol quando isentada a oportunidade de trabalhar sem nem a oportunidade de ficar com os trapos das sedas.

A massa crítica necessária neste estopim social que se cria no Oeste do Paraná e que hoje já vemos acontecendo em Cascavel é necessário com a criação da Universidade do Oeste. Não é um direito, é uma necessidade do Paraná, para poder tornar perene aquelas riquezas bem distribuídas e que não fiquem somente a miséria como aconteceu no Nordeste, como aconteceu na Amazônia com o fim do Ciclo da Borracha, como aconteceu nas Minas Gerais, que não sejamos nós mais um exemplo para a história futura de tantos ciclos quanto passaram por este País, o Verde Ciclo do Soja e do Trigo que só deixou a miséria.

Que a riqueza de hoje se torne perene e melhore as condições de vida daquele povo que soube desbravar uma região que traz riqueza para o Brasil e que não a distribui àqueles que constroem a riqueza.

Parabéns Deputado pela oportunidade novamente de trazer para o Plenário da Assembléia legislativa a luta importante pela conquista da Universidade Federal do Oeste do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador e aparteantes).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra no Horário da Liderança ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

"Dias atrás, o Conselho de Associação de Empregados da ELETROSUL, fez distribuir a todos os Parlamentares desta Casa, como também a Parlamentares da área Federal, principalmente dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, uma nota de repúdio à decisão do DNAE, a respeito da grande vitória alcançada pelo Estado do Paraná e pela COPEL, no que diz respeito a compra de energia elétrica.

Uma nota, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que diz textualmente:

Queremos denunciar que essa decisão, conforme telex do própria DNAE, não se pautou por nenhum critério técnico ou de justiça, pois confessa que a decisão se deu de acordo com negociações do Governo Estadual do Paraná".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o DNAE é um órgão Federal, representa nesta negociação o Governo Federal, numa negociação com o Governo Estadual, o que quer a ELETROSUL, o que querem os seus funcionários, se colocar como um terceiro escalão de poder para negociar?

A ELETROSUL tem subordinação idêntica a todas as outras companhias energéticas ao DNAE e nestas alturas do campeonato quer fazer parte numa triangulação, para negociar assuntos de interesses do Paraná e do Governo Federal.

Todos sabemos, Srs. Deputados, que o consumo de quilowats é um dos principais indicadores de progresso e civilização em todo o mundo. No caso paranaense, infelizmente, essa concepção nem sempre corresponde a realidade.

A construção de grandes barragens e a geração de mais e mais quilowats têm resultado em muitos casos, em fator de empobrecimento do Estado, esvaziamento populacional, em perda de terras férteis, na queda da receita tributária, na geração de problemas sociais exclusivos, como os que cansamos de denunciar na área de Itaipu e também o que é mais grave, nos diz respeito a autonomia Estadual.

Esse quadro de injustiças flagrantes e de permanentes agressões aos legítimos direitos de todos os paranaenses, foi gerado no ventre do autoritarismo que infelicitou este País ao longo de vinte e um anos.

É isto que explica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso júbilo e o de todos os paranaenses e todos os brasileiros com o advento da Nova República, que devolveu o poder aos civis, restabeleceu o império da lei e caminha a passos firmes e decididos para o definitivo reordenamento jurídico deste País, que através de uma nacional constituinte livre e soberana, se encontrará com o seu destino.

Mas, ainda estamos sofrendo as seqüelas do autoritarismo em amplos setores da vida nacional, a começar pelo setor energético, de importância vital para o nosso desenvolvimento econômico-social.

Em 31 de março deste ano, viemos a esta tribuna para saudar uma vitória da COPEL, que após exaustivas

negociações, conseguiu reduzir a cota de compra de energia da ELETROSUL. Energia que temos em excesso, graças ao inestimável potencial dos nossos rios e a eficiência, tantas vezes demonstrada da nossa empresa paranaense de energia elétrica.

Vamos especificar, Srs. Deputados, com dados concretos:

Em 1973, no período mais duro do autoritarismo, a COPEL foi coagida a assinar um contrato, com vigência de dez anos, até dezembro de 1982, de compra de energia da ELETROSUL.

E a COPEL teve que adquirir, desde então, 373 milhões de quilowatts por ano, sem que sucessivos Governos do PDS levantassem a voz para protestar contra esta sangria injustificável em nossa economia.

Em 1983, já no Governo José Richa, a ELETROSUL pretendeu elevar essa cota para 500 milhões de quilowatts, surgindo, então, a primeira reação paranista contra a espoliação que vinha sendo praticada no setor energético.

As gestões realizadas em 1983 resultaram numa primeira e importantíssima vitória em 1984, quando a COPEL conseguiu reduzir a compra de energia da ELETROSUL para 63 milhões de quilowatts.

E este ano, Srs. Deputados, a partir de 7 de março, a cota aqui referida foi reduzida a 42 milhões de quilowatts, o que resultou em uma economia de Cr\$ 78 bilhões por ano.

Porque esta decisão memorável foi adotada ainda pelo Ministro César Calis, ficou evidenciado que o Governo do Estado e a COPEL mantiveram contra decisões de autoridades federais, um sério e bem conduzido esforço, como precursores da Nova República, pondo fim ao autoritarismo centralizador, que marcou, desde 1964 e também no setor energético, a atuação do Governo Federal.

Tanto mais, Sr. Presidente, que esta vitória da COPEL abre um precedente para nova batalha jurídica contra os sete por cento da energia de Itaipu, que o Paraná não precisa porque dispomos de energia em excesso.

A propósito, é oportuno lembrar, que esta cota de sete por cento foi incluída no Tratado de Itaipu à revolta do nosso Estado, que jamais foi consultado.

E nunca é demais reiterar que somente os aspectos lesivos do Tratado de Itaipu foram cumpridos, pois os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro, de construção da Ferrovia da Soja e de criação de pólos regionais de desenvolvimento permanecem no papel.

Mas, voltemos às relações da COPEL com a ELETROSUL.

Logo após a decisão do ex-Ministro César Calis, apareceram nas páginas dos principais jornais do País, como matéria paga, com a ELETROSUL usando como testa de ferro o presidente do Conselho das Associações de Empregados daquela empresa supra-regional, uma série de afirmações inverídicas e acusações levianas contra a COPEL.

Afirmativas improcedentes, como a de que a decisão do Ministro foi "unilateral", beneficiando exclusivamente a COPEL, em detrimento dos demais parceiros do sistema interligado, que inclui o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Isso não é verdade, Sr. Presidente, porque a decisão ministerial resultou de negociações entre a COPEL, a ELETROSUL e demais autoridades do setor, com base nos critérios de operação do sistema interligado.

Vale acrescentar que apesar da legislação autoritária, a construção de grandes usinas hidrelétricas não é privilégio da ELETROSUL. Compete às empresas estaduais de energia elétrica, a construção de usinas de qualquer porte, desde que se destinem ao respectivo Estado, assim como os sistemas de transmissão, compatíveis com seus aproveitamentos e respectivos mercados.

E todos sabem que a COPEL dispõe de "Know-how" e de recursos humanos que lhe permitem construir todos os seguimentos ligados ao fornecimento de energia elétrica: usinas, linhas de transmissão e redes de distribuição. As obras de Salto Grande do Iguaçu, Júlio de Mesquita Filho, Governador Parigot de Souza, Salto Ozório e Governador Bento Munhoz da Rocha Neto em Foz do Areia, são exemplos concretos de sua capacidade e constituem justos motivos de orgulho de todos os paranaenses.

Afirmam os TESTAS DE FERRO DA ELETROSUL que, sem contar com recebimentos externos, a COPEL apresenta um RISCO DE DÉFICIT da ordem de 89 por cento nos próximos cinco anos, o que demonstraria a sua grande dependência em relação à ELETROSUL.

Trata-se de outro sofisma, Senhores Deputados.

Dentro de um sistema interligado, nenhuma empresa é, nem deve ser autossuficiente isoladamente. Os excedentes de uma região são transferidos para empresas cujos aproveitamentos se encontrem em período de seca, o que possibilita o equilíbrio do sistema interligado em uma grande economia nas obras de geração.

Portanto, falar em nível de risco da COPEL, operando isoladamente, não tem sentido algum prático. Tanto mais, Senhor Presidente, que em 1984, a COPEL gerou 937 megawatts médios de energia, utilizando 814 megawatts em seu mercado e exportando 123 megawatts médios de energia para outras empresas do sistema interligado, que se encontravam em dificuldades.

E não é só isso, Senhores Deputados.

Se operasse isoladamente, o nível de risco da ELETROSUL seria de 94 por cento e a área sob sua jurisdição entraria em colapso. Se isso não ocorre é porque ela, ELETROSUL, se beneficia com a distribuição da energia gerada pela COPEL e pelas demais empresas do sistema interligado.

Continuando a sofismar e pretendendo denegrir a imagem que a COPEL construiu ao longo dos anos, dizem aqueles TESTAS DE FERRO que a COPEL colocaria em risco de racionamento de energia o Estado do Paraná, se a ELETROSUL não tivesse realizado as obras do sistema elétrico do Estado".

Ora, Senhores Deputados!

As obras de geração e de transmissão obedecem a um planejamento geral, que analisa o conjunto e divide as responsabilidades da construção e operação.

É evidente que o Paraná sofreria cortes no fornecimento de energia sem as obras da ELETROSUL, da mesma forma que o sistema interligado seria duramente afetado sem as obras da COPEL.

Quando uma empresa falha no cumprimento do seu cronograma de obras, aí sim coloca em risco todo sistema de distribuição de uma região. É exatamente isso o que está ocorrendo no Rio Grande do Sul, cujas obras estão a cargo da ELETROSUL.

Nunca houve semelhante risco no Paraná, apesar das negativas do Governo autoritário, às reivindicações da COPEL, que sempre desejou participar da construção

do sistema de 500 quilowatts, compatível com o seu mercado e o seu parque gerador de energia elétrica.

Afirma-se mais naquela MATÉRIA PAGA de origem suspeita e paternidade discutível, que a COPEL, está prejudicando os demais parceiros do sistema interligado e que deseja gozar os benefícios sem arcar com os ônus correspondentes.

Outro sofisma, Senhores Deputados.

Primeiro, de toda região Sul, apenas a COPEL vinha pagando à ELETROSUL pela compra de energia que não precisa e não consome.

Segundo, ao pagar apenas a energia que lhe falta, a COPEL não prejudica parceiro algum. Cada empresa do setor interligado dimensiona seus investimentos de acordo com o seu mercado, recebendo os retornos respectivos.

Segundo o modelo vigente, se uma empresa superdimensiona ou antecipa obras que se tornam ociosas, certamente arcará com as consequências negativas da falta de remuneração do seu investimento.

As usinas térmicas em implantação pela ELETROSUL e a usina de Ilha Grande são exemplos de obras extemporâneas.

E, a antecipação do chamado LINHÃO de ITAIPU, ocioso por dois anos, é outro exemplo. E não seria justo que a ELETROSUL pudesse repassar à COPEL ou a qualquer outra empresa estadual, os custos resultantes de sua imprevidência ou incapacidade, o que caracterizaria uma "socialização" dos prejuízos.

Por último, Senhor Presidente, afirma-se que ao reduzir a sua cota de compra de energia da ELETROSUL, a COPEL estaria prejudicando os consumidores da região Sul, que seriam penalizados, com novos aumentos de tarifas.

Nem o ex-Ministro César Cals, nem a ELETROBRAS de quem a ELETROSUL é mera subsidiária, admitiram, em momento algum, ao longo das negociações que resultaram naquela vitória da COPEL, que a decisão afinal adotada importaria em sacrifício dos consumidores.

Afirmar o contrário significa sotismar, um verbo que os TESTAS DE FERRO da ELETROSUL aprenderam a conjugar em todos os tempos e modos".

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência concede um aparte. (Assentimento).

Nobre Deputado, essa afirmativa, poderemos dizer melhor, e a alegação da ELETROSUL, do que ela representaria a segurança do sistema interligado, porque no caso que a COPEL não consiga gerar energia, ela supriria essa falta de geração da COPEL, é na verdade, uma grande balela. As duas principais usinas da ELETROSUL estão sediadas no mesmo rio, que é o Rio Iguaçu onde está sediadas Foz do Areia. Ora, se a seca atingir a usina da COPEL, fatalmente vai atingir as da ELETROSUL. Então é evidente que não se pode admitir como idônea essa afirmativa, porque no caso de uma grandes seca, e que as usinas hidrelétricas se vissem afetadas, as duas seriam atingidas. Um outro tipo de geração que a ELETROSUL teria seria as termoeletricas, principalmente a Jorge Lacerda de Santa Catarina, e ela por si só não seria suficiente para suprir todo sistema do Sul.

Então, na verdade, o que nós podemos entender é de que a ELETROSUL está ocupando uma posição intermediária e que com alguns estudos e remanejamentos ela pode ser perfeitamente dispensável. E dispensável desalojando-se uma enorme despesa que ela tem, porque veja bem o seguinte, a COPEL, que é encarregada

de fazer a distribuição da energia do Paraná, ou seja, atender 310 municípios, e aí vai uma grande quantidade de funcionários, a COPEL tem dois mil funcionários, apenas, a mais do que a ELETROSUL, que tem seis mil funcionários, apenas para atender as usinas e esse serviço burocrático de atendimento da geração, enfim.

Por isso, eu acredito que Vossa Excelência, volta das muitas vezes que Vossa Excelência abordou o assunto, com razão à Tribuna, em bater nesta técnica, de que a ELETROSUL é um empresa estatal que pode ser perfeitamente dispensável, ou, no caso melhor, é de se viesse a ser dirigida coordenada e orientada realmente para atender os interesses dos Estados do Sul, onde os Estados do Sul que deveriam, e que são na realidade os seus proprietários, tivessem capacidade e competência realmente de dar a destinação a que essa empresa necessita ter e não continuar na mesma linha autoritária que o sistema dos últimos vinte anos gerou, porque ela nada mais é do que um pequeno títere na mão da grande ELETROBRAS de que dita as normas autoritariamente de cima para baixo, sem que na ponta final o consumidor e os Estados membros que compõem o sistema interligado, possam ter qualquer sentido de participação e qualquer sentido de reivindicação. Só entram como uma verdadeira azeitona no grande pastel da ELETROBRAS.

Por isso, cumprimento Vossa Excelência que toca novamente no assunto, que é um assunto que eu acredito, daqui para frente nós talvez tenhamos que mudar o critério de apenas fazer críticas, mas desenvolver um tipo de ação que possa traduzir a angústia que vai, não só em nós, paranaenses, mas está acontecendo em Santa Catarina, inclusive o próprio Governador de Santa Catarina está desgastado com o Governo Central, pela maneira como foi eleita a última Diretoria da ELETROSUL, em que inclusive não considerou qualquer interferência do próprio Governador, e mesmo no Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, onde as posições do nosso partido, que é o partido majoritário, não foram em nada consideradas, no sentido de dar à ELETROSUL uma visão mudancista de mudarem-se as coisas.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Voltaremos a abordar o assunto, porque o que nos deixa indignados, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta carta do Conselho de Associações de Empregados da ELETROSUL, dirigida a Parlamentares do Brasil inteiro, contestando uma vitória legítima da COPEL e por conseguinte, do Estado do Paraná, tentando inibir a CELESP, a ENESUL de Santa Catarina em agirem da mesma forma, como o Paraná está agindo, em defesa da sua geração de energia para que os Estados possam ser autônomos na geração dessa energia, como também, o desrespeito, o descaso da ELETROSUL que não considera ser o Paraná, no Sul, o Estado que maiores reservas energéticas tem colocado à disposição do Brasil, e talvez por esse posicionamento firme da COPEL e do Governo do Estado do Paraná, tentando recolocar as Companhias Estaduais no seu devido prestígio e lugar, é que nós hoje estejamos afastados do Conselho da ELETROSUL, por termos uma visão diferenciada do problema energético.

brasileiro.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não gostaríamos de dar a rejeição a essa nota, e mandaremos também aos Parlamentares dos outros Estados, cópia desse trabalho para que eles lá desenvolvam um trabalho em favor da causa das suas companhias estaduais de geração de energia, em detrimento a essa atravessadora do sistema que se chama ELETROSUL.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Líder da Frente Liberal.

O SR. PÉRICLES PACHECO - Por cinco minutos, usará da palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Inicialmente, quero agradecer a gentileza do Senhor Líder, Deputado Péricles Pacheco, na Liderança da Frente Liberal hoje, concedendo-me seu Horário de Liderança, mesmo porque eu não teria condições de falar porque o nosso horário será ocupado pelo nosso Líder que tem um assunto muito importante a tratar da tribuna.

Nestas condições, quero agradecer e dizer que precisava vir à tribuna, na tarde de hoje, por dois motivos, Senhor Presidente: o primeiro, para dizer que ódio velho não cansa, mas não cansa mesmo. Nós presenciamos na tarde de hoje a verdade desse axioma, porque o nobre Deputado Sérgio Spada tem um ódio pessoal do ex-Governador Ney Braga, e não perde oportunidade de vir a esta tribuna para externar esta manifestação de espírito.

Mas, às vezes, ele extrapola, como hoje. De uma forma ética procurou atingir o Deputado desta Casa, que, pelo seu comportamento tem merecido respeito de todos os seus Pares, ao longo de todos esses anos, de todos os mandatos que ele exerceu nesta Casa. Refiro-me ao nobre Deputado Basílio Zanusso, e as expressões usadas hoje, pelo nobre Deputado Sérgio Spada, com relação a esse valoroso Deputado, merece o nosso repúdio, porque ele insinuou ou disse claramente que o nobre Deputado só foi para a Frente Liberal para se beneficiar, tirar benefícios pessoais da ITAIPU Binacional. Nada mais falso, nada mais calunioso, nada mais aético, nada mais debochado, do que expressões desta natureza.

Porque nós, que conhecemos o Deputado Basílio Zanusso, sabemos do seu

comportamento, sabemos do seu espírito público, tantas e tantas vezes demonstrado, não só no exercício do seu mandato, mas também no exercício das elevadas funções de Primeiro Secretário do Poder Legislativo.

Agora, eu não quero entrar no mérito da briga Sérgio Spada-Ney Braga, porque a dimensão entre um e outro é chocante, Senhor Presidente.

O nobre Deputado Sérgio Spada não disse ainda a que veio. E o ex-Governador Ney Braga tem uma folha e exercício prestado ao Estado e à Nação. Erros que cometeu? Quem não os comete? Quem na vida pública não comete? Mas, a marca do seu espírito público, da sua capacidade administrativa aí está. Tudo o que o PMDB contou neste Paraná, foi fruto dos Governos da ARENA e do PDS, e principalmente da grande reforma administrativa estrutural feita neste Estado, no primeiro governo de Ney Braga.

Agora, então, nós não vamos entrar nesse mérito, fazer a defesa de Ney Braga ou deixar de fazer. O Senhor Deputado Sérgio Spada está com "dor de cotovelo", porque ele queria ver outra pessoa na ITAIPU Binacional, sediada numa região onde ele faz política.

Esquecido, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, como disse o Deputado Basílio Zanusso, que o PMDB só chegou ao poder da República, graças ao apoio da dissidência do PDS. Nessa dissidência se incluiu Ney Braga; então, houve Aliança Democrática, tinha e tem um programa a executar nesse País.

E as responsabilidades são dovododas, como divididos são os cargos. O que é que queria o nobre Deputado? Ele ocupar a Presidência da ITAIPU Binacional? Pode ser que um dia ele chegue lá. Pode ser. Por enquanto é muito cedo.

Segundo assunto, Senhor Presidente: eu acabo de receber aqui, um manifesto assinado pelo bacharel Valdeci Chalegre dos Santos, que é o Presidente em exercício da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, onde os Delegados de Polícia de Carreira do Paraná, reivindicam ao Senhor Governador do Estado, o aumento da gratificação da representação para 170 por cento.

E olha, esse manifesto é uma beleza. É um manifesto coerente, muito bem posto, muito bem redigido, muito respeitoso, Senhor Governador do Estado, e que merece efetivamente o apoio dessa Casa, que votou o "repicão".

Não quero analisar se os juízes, os promotores da justiça, os membros do Tribunal de Contas mereciam a elevação da sua representação. Eu não quero discutir porque a Casa já deliberou na sua maioria, e eu, inclusive, com meu voto favorável, mas todos são iguais e vejam a beleza desse manifesto! Eles dizem num determinado trecho, referindo-se ao aumento de gratificação de representação de 170 por cento para os juízes, promotores de justiça e membros do Tribunal de Contas. Foi feito como forma de recompor aquilo que o longo período de inflação retirou dos vencimentos, restabelecendo uma remuneração digna. Bom, eles dizem aqui, "na continuidade: do benefício, Senhor Governador,

Curitiba, Quarta, em 15.05.85

não se pode excluir os Delegados de Polícia, sob pena de rompimento da unidade do sistema constituinte e mantenedor da justiça e da ordem formada pela triade-juiz, promotor e delegado, no desenvolvimento da justiça e da ordem, todos eles laboram em conjunto e, destacadamente, em fases próprias - o Delegado na preliminar, produzindo e consolidando as provas sem as quais nenhum processo subsiste; o Promotor, no seguinte, impulsionando o processo, fiscalizando a lei. E na última, o Juiz aplicando a lei".

Vejam que beleza de manifesto. E no final eles dizem ao Governador do Estado:

"Os Delegados de Polícia de Carreira do Paraná, desde logo, Senhor Governador, desejam ressaltar que a finalidade deste não é de reclamação da política de vencimentos, sempre no limite do possível para todos bem remunerar. Nesta oportunidade, externam o reconhecimento pelo muito que Vossa Excelência fez e pelo franqueamento ao diálogo aberto". Vejam, que é respeitoso. Eles reivindicam também para o Delegado de Polícia o que mui justamente foi concedido aos Promotores, aos Juizes e aos membros do Tribunal de Contas. Mas, não deixam de reconhecer que uma das preocupações do atual Governo do Estado, e nisto eu quero fazer justiça, foi tentar recompor a defasagem brutal dos vencimentos do Funcionalismo Público.

Então, nessas condições, é preciso que a Casa se conscientize. Torna-se necessário que as vozes do PMDB através da sua Liderança, que a Comissão Executiva da Casa tenha o mesmo empenho que teve na aprovação de idêntico benefício aos Senhores membros do Tribunal de Contas, para que também os Delegados de Polícia de Carreira do Paraná, recebam aquilo que não é favor algum, mas que é o reconhecimento pelo muito que eles têm feito à sociedade paranaense.

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência me concede um aparte? (**Assentimento**).

Nobre Deputado Erondy Silvério, eu solicitei o aparte a Vossa Excelência para que permita que eu me reporte nas suas primeiras palavras, com relação ao discurso do Deputado Spada que envolveu meu nome, ao agradecer as referências que Vossa Excelência fez ao meu comportamento pessoal e político. Isso é fruto - eu quero crer, que seja da amizade de longos anos com Vossa Excelência, mesmo antes de eu ser Deputado, quando meu pai - Prefeito de Nova Esperança 56/60 - pelo Partido Democrático Social, e Vossa Excelência já era político militante de Curitiba. Portanto, a nossa amizade vem de muitos anos.

Mas, além de agradecer-lhe, Senhor Deputado, eu queria apenas dizer ao Senhor Deputado Sérgio Spada, que eu antes era "Malufista", depois passei para o Partido da Frente Liberal, pelas vantagens de governo, além de que eu tenho quatro legislaturas nesta Casa, fui candidato a Prefeito, duas vezes, fui Vereador e sempre fui muito coerente com o meu partido. E, agora, que estou integrando um partido que nasce, que estamos fundando um novo partido e eu permaneci no PDS até bem depois da Convenção.

E, se eu tivesse que pleitear alguma vantagem pessoal eu teria pleiteado! junto aos Governadores e aos Governos do meu partido durante três Legislaturas aqui, inclusive eu sou titular de Cartório, de um Cartório Distrital desativado, Senhor Deputado, porque eu não pleiteei sequer isso, durante quinze anos da minha vida aqui.

E mais uma vez, se tivesse agora que pleitear vantagem pessoal eu pediria ao PMDB, que, me parece, as vantagens são muito maiores da que onde nós estamos.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Perfeitamente. E Vossa Excelência me fez lembrar falando em Cartório, eu vi publicado num cantinho do Diário Oficial há meses, o provimento de um Cartório Distrital lá na "Cochinchina", num lugar que ninguém conhece no Paraná. Pois bem, esse cidadão já está em Curitiba. Imagina, hein? Em seis meses. Então, as vantagens são do PMDB e jamais da Frente Liberal.

Mas, para concluir, Senhor Presidente, mais uma vez agradecendo a Frente Liberal, aos seus integrantes pela gentileza que me concederam, eu quero fazer um apelo à Bancada do PMDB, porque os Senhores Delegados de Polícia, e não vai aí nenhuma demagogia, nenhuma vontade de agradar, porque eu principalmente não faço política neste estilo, mas eu tenho certeza que a Bancada do PDS apoiará integralmente esta pretensão que é justa e que é válida. Mas, nós esperamos que o mesmo ardor verificado na aprovação dessa medida aos membros do Tribunal de Contas, se faça sentir também na justa reivindicação dos Delegados de Polícia do Paraná, a quem como já disse, a sociedade paranaense tanto deve. Não só aos Delegados, mas a toda a Polícia Civil.

Muito obrigado. (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua com a palavra o Partido da Frente Liberal.

Havendo declinado, concedo a palavra, no Horário da Liderança, ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, da Bancada do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Uma das lições que o político Tancredo Neves legou à Nação brasileira é de que em política brigam as idéias e não os homens. Pois bem, Senhor Presidente, e Senhores Parlamentares, o que se vê hoje, no Paraná, é uma tentativa dos pequenos políticos, dos estafetas daqueles que não têm coragem de assumir vetos pessoalmente, de tentarem fazer brigar entre a classe política do Estado os homens e não as idéias.

Da nossa parte pretendemos permanecer fiéis às idéias, mesmo discordando da postura de alguns homens públicos. Por isto, desejo eu também, que nesta Casa já defendi o Senhor Ney Braga de acusações injustas que os pequenos políticos lhe moveram, e dizer que a Bancada do PDS do Paraná briga com a idéia política da Frente Liberal, mas não briga com o homem do Paraná, homem do Paraná que ocupa um cargo no Governo Federal.

Há, no nosso Estado, um sentimento comum que é preciso que o Paraná costure aqui a sua própria História, "Terra de todas as Gentes", Berço de todas as Civilizações, Encontro de Nordestinos com Gaúchos. Talvez o Paraná peque por faltar-lhe identidade cultural e social própria. É, um dos defeitos desse nosso Estado novo, novo porque apresenta desafios, é que nós não costumamos ainda aqui um sentimento legítimo de paranismo que nos faça brigar com os homens de idéias diferentes, mas que nos obrigue a nos somarmos nas idéias maiores do nosso Estado.

Pos isto, nós do PDS, que brigamos com idéias do "biônico" Affonso Alves de Camargo Netto, que não concordamos com a idéia do político Ney Braga, hoje na Frente Liberal, não queremos bancar os estafetas menores da política do Paraná para brigar com os homens que devem, no exercício das funções públicas, federais,, atender aquilo que o Paraná tem de direito, aquilo que o Paraná precisa, não como retribuição ao grande esforço que o nosso Estado dá à Nação brasileira, mas aquilo que o Paraná exige porque lhe é de direito.

Quando se fala por exemplo em Itaipu e quando se pleiteia "royalties" ou quando se analisa a necessidade de uma retribuição pela perda das terras terceiras, o Paraná não se apresenta aos olhos da Nação como alguém que está pedindo esmola de joelhos no chão. Não, o Paraná exige porque "quem pede justiça, nem pede, como dizia Vieira, exige porque lhe cabe".

Quando o Paraná fala que o Rio Grande do Sul foi atendido nas suas reivindicações de estradas asfaltadas pelos Governos anteriores, o Paraná quer que o "biônico" Affonso Alves de Camargo Netto que passou por todos os partidos políticos deste Estado e desta Nação, possa, ao menos uma vez na vida, transformar por exemplo o "pulmão" da nossa economia, que é o Porto de Paranaguá, no grande superporto dos três Estados sulinos.

O Sr. Nelson Buffara - Vossa Excelência me permite um aparte, Senhor Deputado. (Assentimento).

Senhor Deputado, eminente Líder da nossa Bancada Luiz Alberto Oliveira, eu confesso que sou um admirador de Vossa Excelência pela sua postura, pela maneira como Vossa Excelência comporta-se nesta Casa. E hoje, tal qual um justiceiro, Vossa Excelência faz comparações analisando e dissecando a imagem política, ora de Ney Braga, ora de Affonso Alves de Camargo Netto. E é evidente que nós, paranaenses, na hora em que pleiteamos cargos de importância para o nosso Estado, temos que dar as nossas mãos não importando quem, recebendo determinada função, desde que seja primordial, isto é, paranaense.

Quando Vossa Excelência disse das restrições que nosso Partido, do qual Vossa Excelência é ilustre líder, faz do comportamento político de Ney Braga, hoje na Frente Liberal, e também do Ministro Affonso Alves de Camargo Netto, é evidente que isso tudo deixa de ser importante na hora em que nós queremos reverenciar Ney Braga, ITAIPU, e Affonso Alves de Camargo Netto, Ministro dos Transportes.

Quando aparteei Vossa Excelência, analisava a importância que tem para o Paraná o Porto de Paranaguá, o nosso "pulmão de pedra" e, como titular da Pasta de Transportes, Affonso Alves de Camargo Netto. Ele é paranaense. É muito justo, como se ele fosse baiano iria querer levar vantagens para o Porto de Salvador. Eu também entendo que Antonina terá sua vez neste Governo com Affonso Alves de Camargo Netto no Ministério dos Transportes. Antonina que de há muito acalenta um sonho de ver dragar o canal de acesso ao seu Porto para viabilizar navios de maior porte.

Tudo isto no futuro iremos analisar. Mas, eu o aparteei para cumprimentá-lo. Vossa Excelência fala, absorve a atenção dos Deputados. Vossa Excelência é um tribuno eloquente, tem muita erudição e prende a atenção dos Deputados quando usa a tribuna. Mas, eu o

cumprimento porque o pensamento que Vossa Excelência tem e faz de Ney Braga, eu também o faço. Vim para o PDS pelas mãos de Ney Braga e confesso que fiquei aborrecido quando ele saiu deste partido sem dizer-me qual a razão e sem convidar-me para acompanhá-lo, não me dando a menor satisfação. Mas, hoje, acho que a Ney Braga devemos dar toda a força. E, se não vou a Foz do Iguaçu amanhã, é porque sou orador oficial numa solenidade no Centro de Comércio, em Paranaguá, compromisso que assumi há mais de trinta dias. É isto que me impede de ir a Foz do Iguaçu, abraçar Ney Braga. A folha de serviços prestada por ele, já anunciada por Vossa Excelência e pelo Deputado Erondy Silvério, fazem jus ao cargo que recebe.

Desculpe por prolongar-me no aparte.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço muito o aparte de Vossa Excelência, Deputado Nelson Buffara, com quem tenho o prazer do convívio há longos anos, nesta Assembléia Legislativa. E, Vossa Excelência mesmo é testemunha que já brigamos no passado por idéias diferentes quando defendia o heróico MDB de Vossa Excelência. O MDB que não tinha poder. O MDB que realmente tinha notáveis tribunos nesta Casa, que tinha Deputados extremamente dedicados às suas funções, dos quais Vossa Excelência era um dos exponentes.

Pois bem, o PMDB hoje mudou. A política brasileira, a política paranaense, estão mudando muito. O PMDB hoje é um partido de antigos companheiros da ex- ARENA, de antigos companheiros do PDS, e é um partido que encara os piores vícios de governismo. Penso que o PMDB se transforma, hoje, na falta de grandeza para analisar figuras exponenciais na vida política estadual.

Brigarei com Ney Braga agora, em termos de idéias, em termos daquilo que ele possa fazer pelo Paraná. Mas, respeitarei Ney Braga hoje no Poder, como soube respeitá-lo na oposição. A sua figura é aquilo que representou no Paraná. A minha postura não é a postura de quem precisa compor-se. Creio que quem deve explicar se Ney Braga está ganhando tantos milhões de dólares; se Ney Braga fez Governo de corrupção ou não, são os homens da CPI da Corrupção do PMDB. E não homens como o Deputado Basílio Zanusso, o Deputado Erondy Silvério, ou este modesto orador que se encontra na tribuna. Porque não brigamos com as nossas idéias. Quem tem brigado com os homens com a verdade e com as idéias, nos últimos tempos no Paraná, tem sido o Partido do Governo.

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Alberto Oliveira, como disse o Deputado Nelson Buffara, sempre que Vossa Excelência vai à tribuna prende a atenção dos Deputados desta Casa, porque suas palavras são proferidas com competência, com inteligência e conteúdo acima de tudo.

As Lideranças dentro deste longo tempo que aqui estou, que marcaram na minha vida política por duas pessoas, por dois eminentes políticos do Estado do Paraná, os Senhores Deputados Erondy Silvério e Luiz Alberto Oliveira.

Quando Vossa Excelência vai à tribuna para dizer sucintamente que o Paraná deve ser colocado acima de todos os partidos políticos e dos homens que fazem

política no Paraná, Vossa Excelência diz tudo, pois, está aí a imprensa do Paraná e do Brasil a nos mostrar e nos dizer a disputa que se tem feito por se conseguir posição no Governo Federal nos 2º, 3º e 4º escalões movimentando os partidos e as pessoas para que os seus Estados tenham seus representantes, senão como Ministros, mas seus auxiliares participantes, enfim do Governo Federal.

É o que chamamos a força política do Estado junto ao Governo Federal.

E Vossa Excelência coloca muito bem seu posicionamento de líder, de homem do PDS com relação a Ney Braga, homem da Frente Liberal.

Nós não poderíamos ouvir de Vossa Excelência outra coisa senão essas palavras que Vossa Excelência expõe com clareza, com brilho.

Ao invés de atirmos pedras em determinadas pessoas que prestaram relevantes serviços ao Paraná e ao Brasil e ainda, por mais paranaense, nós prestamos um grande serviço ao Paraná.

Este registro que faço neste aparte sucinto que Vossa Excelência me concedeu foi para dizer que é muito oportuno quando Vossa Excelência diz isto que nesta hora de transição de um novo Governo, de uma Nova República é preciso que as forças políticas de cada Estado e, particularmente, nós deste Estado se arregimentem em favor do Paraná.

Concluindo, Senhor Deputado, me permita dizer rapidamente, quando nós estávamos em seis ou sete Deputados, recentemente em Brasília, numa audiência que nos foi concedida pelo então eminente Presidente eleito Tancredo Neves, estavam alguns Deputados Federais da Frente Liberal. E, lá quando Sua Excelência o Presidente eleito Tancredo Neves disse que o futuro Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil seria o Deputado emedebista, o então Deputado Sebastião Rodrigues, o então Presidente da República ouvia dos Parlamentares da Frente Liberal as melhores referências à pessoa do Deputado Sebastião Rodrigues, embora sendo ele de outro partido e soubéssemos que havia sido uma decisão do Presidente da República.

Portanto, eu acho que deve ser assim quando se trata de um paranaense. Uma posição na República deve estar acima dos partidos políticos.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência me oferece a oportunidade de declarar que, também tenho dito, ao longo da minha vida política, um aguerrido adversário político do Deputado Sebastião Rodrigues. Tradicional adversário político da região Sudoeste, e pessoalmente, desejo até desta tribuna da Assembleia, congratular-me com a indicação de um paranaense para cargo tão importante do Banco do Brasil.

Apesar de adversário local, regional, tradicional de idéias em termos políticos da região Sudoeste.

Mas, o que é importante que nós políticos tenhamos, é a dimensão histórica, é a dimensão do nosso Estado; não é possível um Estado que se apresente no concerto da Nação brasileira, como um Estado importante, que produz 25 por cento dos grãos para exportação, que produz tanto, em tantos setores, no setor intelectual, no setor econômico, no setor cultural, que nós não tenhamos no Paraná a mesma representatividade política e o que nós observamos, é que este defeito do político paranaense, vamos fazer uma "mea culpa" nossa agora, que ocorreu no passado e que ocorre no presente, faz com que o

político paranaense seja menor do que este Estado. Quando se fala na Capital Federal, a respeito do Paraná, qual é a idéia que se tem? É um Estado de gente que trabalha, que produz, que contribui efetivamente para o esforço nacional.

Agora, quando se pergunta na Capital Federal, e a política do Paraná? É "picuinha" do lado do PMDB, é "picuinha" ao lado do PDS, é "picuinha" do lado da Frente Liberal, conseqüentemente, é a hora de se criar neste Estado uma nova consciência. A consciência de que os políticos devem ter a dimensão da grandeza do seu Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra, com satisfação, a presença do Senhor Deputado Federal Hélio Duque, e do Vereador de Goioerê, Antônio Sena Neto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial da SUREHMA. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 291/84, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 300/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 224/84), dispondo que o Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade de Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná para permanecer na ativa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 325/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA" - ALA, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,

por unanimidade. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 327/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE IRMÃOS LOPES" - AFIL, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 329/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LOANDA - APAE", com sede e foro no Município de Loanda, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 348/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública o GRANDE ORIENTE DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 366/84, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de RIO AZUL, uma área de terras medindo aproximadamente 14.172 m2, situado no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no Município de Rio Azul, de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 368/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. GARIBALDI DUARTE REALE. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 369/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO JOÃO XXIII DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 380/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. LUIZ GONZAGA PINTO. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 382/84, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA NOSSA SENHORA APARECIDA — CEPRHUSA, com sede e foro no Município de Rio Bom. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 386/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS,

que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAL — APAE, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/85, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FÊNIX, com sede e foro no Município de Fênix. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 03/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a DOM ARMANDO CIRIO, Arcebispo de Cascavel. Sem Parecer. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina RODOVIA PEDRO BAGGIO, a atual Rodovia PR-525, que liga o Município de São Sebastião da Amoreira à BR-369. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/85, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a UMBANDA ALPHA-ÔMEGA DO PARANÁ — CONFEDERAÇÃO, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 87/85), que objetiva elevar, para 170 por cento, o índice percentual fixado no art. 15 da Lei n.º 8069, de 28/12/84. (Magistratura, Ministério Público, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado). Sem Parecer. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de sete, devidamente apoiadas, de autoria dos Srs. Deputados, conforme abaixo descrito:

- N.º 01 — NILSO SGUAREZI
- N.º 02 — NILSO SGUAREZI
- N.º 03 — NELSON VASCONCELLOS
- N.º 04 — ANTÔNIO ANNIBELLI
- N.º 05 — ANTONIO ANNIBELLI
- N.º 06 — ROBERTO REQUIÃO
- N.º 07 — ROBERTO REQUIÃO, nos seguintes

termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 01
AO PROJETO DE LEI N.º 56/85

Acrescente-se, onde couber, os seguintes

dispositivos:

Art. — Os incisos II e III, do § 3.º do Art. 76, da Lei n.º 7297, de 08 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76 —

§ 3.º —

II — Os Juízes de Direito de Entrância Final auferem 95 por cento dos vencimentos dos Juízes do Tribunal de Alçada.

III – A seguir, a diferença de vencimentos dos Juizes de Direito, de uma para outra Entrância, é de 5 por cento.

Art. – Os parágrafos 2º e 3º do Art. 65, da Lei nº 5849, de 25 de setembro de 1968, com a redação dada pelo Art. 1º da Lei nº 7073, de 28 de dezembro de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65 –

§ 2º – A diferença dos vencimentos dos Membros do Ministério Público de Primeira Instância, de uma para outra Entrância, é de 5 por cento.

§ 3º – Os Promotores de Justiça e Curadores de Entrância Final perceberão 95 por cento dos vencimentos atribuídos ao Procurador Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoio: DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
SABINO CAMPOS
JOSÉ ANTONIO FONSECA
FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Desde que se instituiu na Magistratura para pagamento dos adicionais por tempo de serviço, o chamado efeito “repique”, oriundo do Decreto-Lei nº 2019/83, não se encontrou em nosso Estado uma fórmula ideal para justa remuneração aos Juizes de Direito e Promotores de Justiça.

A exemplo do que ocorre com outros Parlamentares desta Casa, temos recebido inúmeras correspondências solicitando um posicionamento a respeito da matéria.

Desde a nossa passagem pela Liderança do Governo, temos estudado o assunto que realmente é merecedor de nossa atenção e do Governo do Estado.

Temos ciência de que existe um abismo entre os vencimentos dos finais dessas carreiras e os níveis iniciais.

A causa principal é o fator tempo de serviço.

Dentre as fórmulas que nos foram apresentadas, a última delas sugere um escalonamento do chamado “repique” a partir de 50 por cento para o primeiro quinquênio, até os atuais 140 por cento que são calculados para 35 anos de serviço.

O estudo dessa solução, no momento, importaria na retirada do Projeto da Ordem do Dia e, conseqüentemente, um atraso na sua votação.

Por outro lado, desde que a Emenda ora apresentada já foi objeto de deliberação em sessão do Egrégio Tribunal de Justiça, realizada em 14 de dezembro de 1984, que a considerou em condições de ser levada à apreciação da Presidência, o Ministério Público tem no Chefe do Poder Executivo o poder de decisão; cremos que a ocasião é oportuna para que a mesma seja aprovada, cabendo ao Sr. Governador sancioná-la ou não.

Lembramos que, recentemente atendendo reivindicação dos Procuradores e Advogados do Estado, os vencimentos dessas carreiras foram fixados com diferença de aproximadamente seis por cento de Classe para Classe, a exemplo do que se pretende fazer em relação à Magistratura e Ministério Público.

Feito isso, os vencimentos básicos de cada cargo passariam a ter maior valor real, minimizando o problema, e a solução definitiva poderia vir em seguida, com a edição do novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

EMENDA DE PLENARIO DE Nº 02

Acrescente-se artigo 2º, com a redação que segue, renumerando-se os demais dispositivos:

“Art. 2º – A verba de representação instituída aos Membros do Ministério Público pela Lei nº 7443, de 29 de dezembro de 1980, com suas posteriores modificações, tem caráter de indenização às despesas necessárias ao exercício dos cargos dessa carreira, sem prejuízo de se integrar aos vencimentos para os demais efeitos legais”.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoio: DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
ACIR MEZZADRI
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
ANTONIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

Dentre as justificativas para a exclusão da verba de representação dos magistrados dentre os vencimentos tributáveis (art. 2º do Decreto-Lei nº 2019/83), encontramos a seguinte apresentação:

“Rigorosamente justa e jurídica é também a proposta contida no art. 2º do Projeto, que visa a excluir, dentre os rendimentos tributáveis pelo Imposto de Renda, a verba de representação dos magistrados, pela oportuna invocação de que a referida vantagem tem o nítido caráter indenizatório de despesas necessárias ao exercício da função jurisdicional”.

Outro não foi o entendimento do renomado jurista GERALDO ATALIBA, ao responder consulta formulada pela Associação Paulista do Ministério Público, que, ao examinar a matéria, assim se expressou:

“As verbas de representação, recebidas como vantagens, pelos Membros do Ministério Público – ou outras com designação diversa, mas com idêntica natureza – são alcançadas pela imunidade tributária. O Decreto-Lei nº 2019, em seu art. 2º, nadamais faz do que declará-lo. Isto já decorre dos termos precisos do Texto Magno. Daí o efeito “ex tunc” do preceito infra-constitucional. Tão evidente é isto que, nas suas declarações anuais de rendas, haverão os seus receptores de declarar tais recebimentos dentre os não tributáveis”.

Esse notável parecer, por certo tornou-se fator decisivo para que o Estado de São Paulo, através da Lei Complementar nº 338, de 27 de dezembro de 1983, atribuisse caráter de indenização à gratificação ou verba de representação percebidas pelos funcionários ou servidores daquele vizinho Estado, cujos efeitos não foram contestados até esta data e poderão ser seguidos pelo Paraná, onde o Governo deu tratamento igualitário para Magistrados e Membros do Ministério Público.

EMENDA DE PLENARIO DE Nº 03

“Inclua-se, onde couber:

“Art. – Vedada a percepção cumulativa com o previsto no art. 172, II e III, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, inclusive na inatividade, aplica-se ao vencimento básico do cargo referido no parágrafo único do art. 27, da Lei nº 7784, de 14 de dezembro de 1983, o disposto no art. 1º, desta lei.

Parágrafo único – Desde que obedecidas as discriminações orçamentárias, independem de comprovação as despesas efetuadas à conta da verba

de representação, vigente no âmbito dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

Apoiamento:

SABINO CAMPOS
EZEQUIAS LOSSO
ODENI MONGRUEL
BASÍLIO ZANUSSO
TUGUIO SETOGUTTE
EDUARDO BAGGIO
ERONDY SILVÉRIO
PÉRICLES PACHECO
NELSON BUFFARA
EDGARD PIMENTEL
PAULO FURIATTI
TRAJANO BASTOS
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
ANTONIO BELINATI
SÉRGIO SPADA

EMENDA DE PLENÁRIO ADITIVA DE Nº 04

Artigo único — Inclua-se, onde couber:

“Art. ... — O índice percentual fixado no Art. 86, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, alterado pela Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983, fica elevado para 150 por cento”.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento:

JOSÉ ANTONIO FONSECA
SABINO CAMPOS
TRAJANO BASTOS
ARTAGAO MATTOS LEÃO.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 05

“O índice previsto no art. 1º desta lei fica estendido, a título de verba de representação, às carreiras enunciadas nos incisos I, VI, VII e VIII, do art. 13, da Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983”.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento:

PAULO FURIATTI
RUBENS BUENO
TRAJANO BASTOS
JOSÉ ANTONIO FONSECA.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Acrescente-se o seguinte parágrafo:

“Art. 1º —

Parágrafo único — O benefício a que se refere esta lei fica estendido aos funcionários ocupantes de cargos correlatos no Poder Legislativo.”

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

➔ (a) ROBERTO REQUIÃO

Apoiamento:

SÉRGIO SPADA
PAULO FURIATTI
TRAJANO BASTOS
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Acrescente-se o seguinte parágrafo:

“Art. 1º —

Parágrafo único — O benefício a que se refere esta lei fica estendido aos funcionários ocupantes de cargos correlatos no Poder Executivo”.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1985.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoiamento:

SÉRGIO SPADA
PAULO FURIATTI
TRAJANO BASTOS
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Em discussão o projeto e as emendas.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a Emenda de nº 01 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda de nº 02 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda de nº 03 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda de nº 04 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda de nº 05 — **Aprovada.**

Em votação a Emenda de nº 06 —

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Eu pediria a Vossa Excelência, a gentileza de determinar a leitura dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) O Sr. 1º Secretário passará a leitura das duas emendas de autoria do nobre Deputado Roberto Requião. (É procedida a leitura das emendas)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu votarei favorável às emendas, embora faça a ressalva, eu acho muito difícil a sanção das mesmas. Em todo o caso, votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Em votação a Emenda de nº 06. — **Aprovada.**
Em votação a Emenda de nº 07 — **Aprovada.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 40/85, de autoria dos Deputados FERRARI JÚNIOR e ANIBAL KHURY, que acrescenta parágrafo único ao Art. 58, do Regimento Interno, modificado pela Resolução nº 71/80 (A Assembléia poderá dispensar da Redação Final os Projetos aprovados em Terceira Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações). Com Parecer Favorável da Comissão Executiva. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 23, de 09/04/85).

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/85

PARECER:

O projeto de resolução em exame, de iniciativa do ilustre Deputado Ferrari Júnior, pretende acrescer ao artigo 58 do Regimento Interno da Casa, modificado pela Resolução nº 71/80, os seguinte Parágrafo Único:

“PARÁGRAFO ÚNICO — A Assembléia poderá, através de requerimento escrito, dispensar de Redação Final os projetos aprovados em Terceira Discussão e que não sofreram Emendas nas suas tramitações”.

A medida visa agilizar o processo legislativo, assegurando maior rapidez na conclusão da tramitação de matérias legislativas apresentadas à

apreciação dos Srs. Deputados nesta Casa de Leis.

Esta resolução não trará nenhum prejuízo, ao contrário, só beneficiará os projetos de lei que não recebam emendas no curso do processo legislativo, sendo, portanto, aprovados na forma original. Fica assim garantida a necessária clareza no texto final aprovado, o que, no de existência de emenda exigiria a indispensável Redação Final.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento do Deputado DIRCEU MANFRINATO, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo. — **Aprovado.**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seu afastamento, por determinação médica, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Laudo Médico em anexo.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE LAUDO MÉDICO N.º 11/85

Aos quatorze dias de maio de 1985, a Junta Médica infra assinada, tendo procedido a inspeção de saúde em DIRCEU F. MANFRINATO, Deputado deste Poder, concluiu achar-se o mesmo com 308.8 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessitando de 15 (quinze) dias de licença, para tratamento, a partir de 14.05.85.

(aa) MÉDICO CHEFE DA JUNTA

MEMBRO

MEMBRO

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Carlos Ciolla, ocorrido no dia 15 de maio do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do nono aniversário do Jornal "O Paraná". — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do primeiro aniversário do jornal CORREIO DE NOTÍCIAS. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 295/84, que dá nova redação ao art. 1.º, da Lei n.º 09/73. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a criação de um serviço de junta médica do IPE junto à Coordenadoria Regional do órgão no Município de Cascavel. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de

aplausos pela passagem do 9.º aniversário do Jornal O PARANÁ. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a ampliação do número de terminais telefônicos para o Município de Paçandu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo a reativação do plantio de cítricos na região norte do Estado, em especial no Município de Maringá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo a criação de incentivos à cafeicultura na região do Município de Maringá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo a criação de uma Delegacia de Polícia Federal no município de Maringá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a reativação do trem de passageiros, a construção de uma ponte ligando o Paraná a Mato Grosso do Sul, e a mudança do pátio de manobras da Rede Ferroviária Federal S/A., do centro da cidade para a estação de transbordo de Itaipu, no Município de Maringá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no ambulatório Nossa Senhora da Piedade, no Município de Sarandi. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a criação da nota fiscal de produtor interestadual. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 9.º aniversário do jornal O PARANÁ, no Município de Cascavel. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos Srs. Secretários da Educação e da Cultura e Esportes, bem como ao Departamento de Esportes da Prefeitura Municipal de Toledo, pela realização dos Jogos Escolares do Paraná - Região Oeste. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo para que o Governador remunere os médicos veterinários e os engenheiros florestais que trabalham nos colégios agrícolas estaduais, a partir do piso de um salário-mínimo profissional. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma

de Almeida César, com apoio de demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando moção de apoio à candidatura do jornalista paranaense Jorge Kudri para a Presidência da Confederação Sul-Americana de Futebol de Salão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, com apoio de demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação desta Assembléia em Comissão Geral, durante a Sessão Ordinária de terça-feira, dia 28 de maio do corrente ano, com a finalidade de discutir juntamente com a Associação Brasileira de Municípios, o modelo de reforma tributária a ser implantado no País. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Assembléia irá se reunir no dia 28 de maio, com a finalidade de discutir, juntamente com a Associação Brasileira de Municípios, o modelo de reforma tributária a ser implantado no País.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do primeiro aniversário do Jornal CORREIO DE NOTÍCIAS. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "A Segunda Merenda Escolar", publicado no jornal GAZETA DO POVO. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seu afastamento, por determinação médica, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme laudo médico anexo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 327, 329, 348, 366, 368, 369, 380, 382, 386/84, 01, 03, 04, 06 e 56/85.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/85.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 01 a 06/85.

Marca ainda, uma sessão extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 104/83 e 182/84, e dos Projetos de Lei n.ºs 123, 153, 168 e 213/84.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRIO PEREIRA, EM SESSÃO DO DIA 15 DE MAIO DE 1.985

A SEGUNDA MERENDA ESCOLAR

João Saldanha

RIO. Juro que estou ficando animado com a Seleção. Quiseram os fatos que alguma coisa fosse modificada no meio-campo, ponto nevrálgico de qualquer time. Mas não é disto que quero tratar hoje. Vou falar do meu azar de não poder ver ao vivo os atletas soviéticos, poloneses e americanos que estão aí. "Jogam" muito. Jogam o máximo mas nunca posso ver de perto. Coincidentemente a seleção vai por aí, "pelas Américas", conforme seja somente a do Sul. Mas é como dizem nossos amiguinhos então que seja: pelas Américas. Estarão competindo o Moses, a Szewinska, o Joaquim Cruz, a Esmeralda, puxa, que pena. Logo eu que já gastei do meu para ir ver na Europa competição em recinto fechado. Não gostei mas valei ter conhecido o Sebastián Coe naquele estádio de corridas de biciclêra. Pretendo fazer reparos à nossa fraqueza nestes esportes, nos esportes olímpicos. Precisam de muita ajuda e não há clube ou entidade esportiva atualmente capaz de fazer nós melhorarmos. Estamos começando um bom caminho mas é muito pouco. A ajuda do governo é fundamental, decisiva e resolverá a questão do bom desempenho de nossos atletas nas competições olímpicas ou outras como esta. O atletismo não pode desprezar este apoio e palavra que fiquei bronqueado quando o Joaquim Cruz rejeitou uma contribuição de 50 milhões de cruzeiros. A ajuda era espontânea, fruto de entusiasmo. A rejeição só pode ser levada a débito de ressentimentos outros e, naquela hora, como endereço errado.

Espero que nosso grande atleta já tenha percebido que fez apenas uma má-criação na empolgação da vitória fabulosa. O esporte competição é o reflexo da vida e saúde de um país. O de seu povo. O nosso não anda muito bem neste sentido mas está muito aquém mesmo das possibilidades atuais que são razoavelmente boas mas que não podem ser aproveitadas.

Nosso potencial é imenso. E quando fizemos o plano de esportes para o ministro Marco Maciel, junto com o Juca, Fernando, Zé Antonio, Raulzinho e a turma da Fundação Roberto Marinho, plano amplamente divulgado na grande imprensa do Brasil, não pensem que abusei foi o futebol. Nada disto. Nem dez por cento. No futebol apenas está sugerida a independência para os clubes se organizarem livremente, sem ingerência do poder público. Como é lei constitucional o tal voto unitário, solicitamos mensagem ao Legislativo para acabar com esta pilantragem. Além disto apenas quinze por cento da loteria. Para o esporte de massa, de competição e lazer, solicitamos 35 por cento da Loteria. Dinheiro que não é do Ministério da Educação, mas necessita sê-lo. Ou a Loteria não é esportiva? Uma das sugestões mais importantes é a da segunda "merenda escolar" aos meninos com a formação de um imenso quadro de monitores das escolas de educação física. Para educá-los, moral e athleticamente.

A loteria talvez não dê para isto. Mas os gastos serão infinitamente menores do que os

gastos com a polícia prendendo, espancando, deseducando e marginalizando estes meninos. Transformando-os em marginais. Esta rubrica de repressão é muito maior do que uma segunda merenda, acrescida da educação de princípios morais e físicos. Solicitamos no plano, a ajuda imprescindível das Formas Armadas, que possuem espaços e monitores experientes para a tarefa.

De passagem, devo dizer que isto causou a melhor receptividade. E a curto prazo, como no futebol, estaremos nas primeiras linhas do esporte olímpico ou de massas. Francamente, nosso futebol não me preocupa. Continua

a ser nosso melhor PTB e com o fim do tal voto unitário e a melhoria da participação "na sua própria loteria", com o término da ingerência do poder público, o futebol vai muito bem, obrigado, irá muito melhor. A vida dos clubes atualmente quase todos quebrados e alienando o patrimônio, se regularizará facilmente. Os atletas, sim. Me parece que seria importante que fizessem uma organização única de sindicato nacional, uma organização central de pecúlio, e fundo de reserva para uma aposentadoria digna. Como contribuem pouco, sua aposentadoria é um cascalho.